DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV **PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2026** **Nº 218**

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA ..... Capa

COM. PERM. DE AVAL. DE DESEMPENHO 5124

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS 5125

SECRETARIA DE FINANÇAS.....5125

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....5131

CORREGEDORIA 5132

TAQUIGRAFIA

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PROJETO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ALEX REDANO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 18.11.2026
INICIO: 10h35min

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Bom dia. Eu quero convidar aqui para compor a nossa Mesa e já antecipadamente explico que não cabem todos aqui, porque o certo era que estivessem todos aqui em cima, mas é só para compor a Mesa. Não tem nenhum privilégio ou algo mais, cada pessoa que queira se manifestar vai ter oportunidade, ok?
Eu quero convidar para fazer parte da Mesa, representando a Câmara Municipal, o Vereador Licomédio Pereira; o Vereador Wallisson Amaro. O ilustríssimo representante da 5ª Defensoria Pública de Ji-Paraná, doutor João Verde Navarro.
Presidente da ASFIJIPA, Associação dos Surdos e Familiares de Ji-Paraná, senhora Juliane Isabel Ribas. Bom dia. O presidente da AMAJI, Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Ji-Paraná, Gabriela Cristina Coelho. A Conselheira Municipal de Educação de Ji-Paraná, Etelclície Coelho de Matos. E a Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Leide Rodrigues.
Senhores, muito bom dia! Vocês devem estar se perguntando o que esse povo da Assembleia Legislativa está querendo aqui num dia como esse, se reunir para tratar da busca de direitos da pessoa com deficiência.
Antes, porém, agradecer aqui o apoio da senhora Michele Palma, do senhor Rafael de Paiva, intérprete de Libras, da Acelibras, que estão voluntariamente aqui nos dando um suporte. Agradecer também à Presidente do Conselho de Educação do Ji-Paraná, a senhora Karine Crisoni. Muito obrigado pela presença.
Agradecer ao Presidente da AAPCD, Associação de Apoio aos Deficientes de Ji-Paraná, senhor Adelino Rodrigues da Silva, muito obrigado pela presença e apoio. Ao Vice-Presidente da AAPCD, Associação de Apoio aos Deficientes de Ji-Paraná, Alan Vinícius Gomes, muito obrigado pela presença. O Vice-Presidente do Instituto Kaleo, Elton de Oliveira, muito obrigado.
A psicóloga da APAE de Ji-Paraná, mãe de uma filha com cegueira e surdez, a senhora Susana Aráoz, muito obrigado pela presença. A diretora social da APAE, de Alvorada D'Oeste. A senhora Vanessa Rosa da Silva, muito obrigado pela presença. E assistente social da APAE de Alvorada D'Oeste, a senhora Jamie Vanderleia de Oliveira. Muito obrigado, senhores, pela presença, especialmente também esses que se deslocaram de regiões mais distantes, como Alvorada D'Oeste.
Senhores, a razão de estarmos aqui hoje é que tem em trânsito, dentro da Assembleia Legislativa, um projeto para criação de um núcleo intersetorial permanente dentro da estrutura da Assembleia Legislativa, para que possamos trabalhar como forma de apoio, consultoria, cobranças e dentro de todo o aparato legislativo e estrutura, buscarmos a efetividade das políticas públicas para a pessoa com deficiência.
Esse projeto tem início com o movimento do gabinete do Deputado Redano. Atualmente ele é o Presidente da Assembleia Legislativa, isso todos sabem. E lá no início eu disse a ele: "Deputado, nós temos um arcabouço jurídico gigantesco de direitos consignados tanto de norma de cunho federal, estadual como municipal. Mas essa efetividade lá no final é muito limitada.". Eu acredito que

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **LAERTE GOMES**
2º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
1º Secretário: **ALAN QUEIROZ**
2º Secretário: **CÁSSIO GOIS**
3º Secretário: **EDEVALDO NEVES**
4º Secretário: **MARCELO CRUZ**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - **Miranilde R. do Nascimento Robles**
Divisão de Publicações e Anais - **Isabella Lopes de Souza Pinto**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ICP Brasil

ISABELLA LOPES DE SOUZA 2026.11.25 18:19:05
PINTO:04885373557 -04'00'

VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

a gente não consegue ainda mais nessas regiões, aqui da região Norte, das dificuldades, a norma materializada não chega no final, às pessoas que precisam.
E nós temos aqui uma ideia de um projeto ambicioso. Alguns chamam de que é um projeto utópico, mas é um projeto de curto médio e longo prazo. Precisamos começar ele e ele começou tem dois anos. Ele começou com um processo administrativo no SEI (Sistema Eletrônico de Informações). Foi instituído um grupo de trabalho de servidores do Legislativo a cerca de um ano atrás. Foi criado pela minha amiga Bebel que não está presente aqui, o Alexei, o Bruno e o Nilton, que são servidores da Casa, e eu também dentre eles.
De lá para cá, o que a gente fez foi todo um trabalho técnico de estudo, de coletar dados, de saber o que tem de políticas públicas, o que nós temos de censo, o que nós temos de informação. Agora há pouco eu, de intrometido, sentei na mesa do vizinho ali do lado e ouvi eles falarem sobre essa questão de codificar, de a pessoa ter acesso à informação, aquele negócio daquela ficha, daquela papeleta, isso é um tempo ultrapassado.
Esse projeto a gente pensa também justamente nisso, porque nesses estudos que foram feitos, a gente descobriu e tivemos uma gama de informações de quão deficiente são os dados, as informações do Censo que temos para que os projetos e para que as políticas públicas, aquelas de orçamento, elas cheguem lá no fim, naquela pessoa, porque o Censo não é real.
O Censo do IBGE nós sabemos como ele é. E eu nesses meus 63 anos de idade, eu fui entrevistado uma única vez pelo Censo do IBGE. Então, eles nem sabem que eu existo para todos os efeitos.
Então, de posse dessas informações, o deputado determinou: faça o que for preciso. Nós respeitamos o período eleitoral, porque, veja, nós não estamos aqui para pedir votos. Nós estamos aqui dando continuidade de um trabalho que a Assembleia Legislativa, através do gabinete do Deputado Redano encampou.
Fizemos uma primeira grande audiência convidando todos os segmentos da sociedade. O Ministério Público raramente senta à mesa, nem em audiências públicas, porque as pessoas, quando o Ministério Público está presente, tem o dom de fazer críticas e etc. Mas ele se fez presente, a pasta referente ao Ministério Público da Pessoa com Deficiência de Porto Velho esteve presente nessa grande audiência.
Dali se entabulou a criação desse núcleo intersetorial. Lá nós tínhamos Fecomércio representada, nós tínhamos o Tribunal de Contas, a Procuradoria-Geral do Estado, os Conselhos Municipais e Estaduais, representantes de associações, APAEs, enfim, uma gama de representantes dos setores. Então, dali ficou estabelecido que nós iríamos concluir... Nós gostaríamos de fazer esse tipo de reunião nos 52 municípios, mas não é possível, não tem tempo hábil para a gente fazer agora. E a gente fez alguns núcleos para sentir por amostragem, ouvir as pessoas.
Nós já estivemos na região de Guajará, nós já estivemos na região de Nova Mamoré. Fomos até inclusive a aldeias indígenas ouvir como é que é o tratamento, qual política pública chega àquela pessoa com deficiência. A gente detectou indígenas com deficiência e que essas políticas nunca se aproximaram deles. Eles sequer sabem disso, eles têm um regime diferente de cuidado, de indígenas, pessoas ribeirinhas, então você não tem um dado.
E aí nós escolhemos esses polos, um polo maior que é Ji-Paraná. Teríamos também na programação um polo ali mais para o norte, na região de Costa Marques, mas dado aí a vizinhança com o final do exercício de 2026, acredito que a gente não vai conseguir ouvir Costa Marques. Mas já ouvimos, já tivemos na capital, aqui no centro do Estado, um grande centro, para ouvirmos como é que andam as políticas públicas aqui e esse é um instrumento também para formatar, formalizar todo o processo de construção para que possamos daí proceder à instauração deste núcleo.
Eu vou depois explicar mais ou menos - mais ou menos não -, de forma mais amiúde, como funcionará, quais são os objetivos do núcleo.
Agradecer aqui a presença do Vereador Márcio Freitas. Muito obrigado pela presença. Muito obrigado, Márcio.
Então, nós estamos aqui para ouvi-los. Geralmente, como é que se procede? A gente passa dois dias, nós vamos diretamente ao núcleo das Secretarias de promoção social. Dali, captamos quais os projetos têm em curso, quais são as ações previstas, o que já foi feito, o que falta fazer, para compor esse processo.
E dessas nossas oitivas que nós tivemos por aí, o que a gente observou e detectou nesse lapso temporal de escutas? As informações que nós temos da pessoa com deficiência e aqueles atípicos, pessoas atípicas, que agora se inclui os neurodivergentes, está incluído pela própria lei. Nós temos as informações captadas dos dados da educação e aquelas captadas de saúde. Então, veja que nós não temos uma política pública de um censo exclusivamente para cadastrar a pessoa com deficiência.
O que a gente observou também nessas escutas? Que essas pessoas que estão aqui, representantes dos senhores, vivem por aí com o "pires na mão". Lá em Porto Velho não é diferente, nas comunidades mais carentes então aí que é realmente de "pires na mão". Então, essa é uma parte da sociedade, primeiro que aos olhos de todo mundo, hoje aqui reunidos, nós somos observados, mas é um povo que a gente diz são invisíveis. Você não vê cegos pela rua, muito raramente, surdos, você não vê eles.
E as políticas públicas que têm é da migalha, de uma emenda aqui, de um convênio aqui, e a gente não tem aquelas políticas públicas permanentes. Então, há como dissociar as políticas públicas da pessoa com deficiência da área de educação e da área de saúde? Não dá, porque a maioria desses são atingidos por realmente há carência de educação. A lei da inclusão surgiu há quanto tempo e nós... Cadê a efetividade da lei da inclusão? Da pessoa com deficiência na sala de aula como monitor comum para a criança estar ali no meio das demais e ser tratada... Em um primeiro momento, evidentemente que a pessoa, que a criança vai estranhar a presença daque-

la criança com deficiência. Mas, num segundo momento ele se acostuma e aquilo vira rotina para ele e a pessoa é incluída, chama-se de inclusão. Nós não temos aqui no Estado.
Eu não sei, eu acho que ouvi um comentário que um colégio, um colégio desses administrado pela Polícia Militar, que teria um piloto desse. Mas, a gente não conhece.
Nós temos questões de acessibilidade. Nós ouvimos e detectamos também o custo do valor do aluno que é pago às APAEs, que é uma coisa que subsidia tudo. Nós sabemos que todas essas políticas, essas coisas são mantidas com promoções, leilões, campanhas.
A gente num primeiro momento pensou: ora, vamos fazer como foi feito na educação, como foi feito na saúde. Pegar de cada orçamento, de cada município, de cada Estado, consignar no Plano Plurianual, nas LDOs (Lei de Diretrizes Orçamentárias), nas LOAs (Lei Orçamentária Anual), nas leis dos orçamentos, uma parcela do recurso orçamentário específico, permanente, política permanente da pessoa com deficiência, tanto a título de Estado, município, para a gente consignar essa despesa sob pena do não cumprimento disso aí é desaguar em reprovação de conta dos gestores, como acontece se não aplicado os gastos com saúde e educação.
Mas, ao longo dos estudos também detectamos que essa via também não se mostrava eficaz, porque já tem jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os Estados mesmo não podem consignar nas suas Constituições aquilo que é livre para o orçamento. Então, isso seria uma matéria que o núcleo seguramente vai levar com a bancada federal para ser discutida no Congresso e a gente vai tentar fazer história. Fazer constar na Constituição Federal através de uma emenda, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que as políticas para pessoa com deficiência tenham assento lá e uma obrigatoriedade para que se tenha orçamento de política pública permanente.
É um sonho? É um sonho, mas o Congresso está aí. Chegar e trabalhar com os deputados da Câmara, posteriormente do Senado.
Mas o núcleo ele então com uma sugestão de que reuniões como essa nós teremos aqui, nós temos representante do Legislativo aqui presente. Nós convidamos representantes do Executivo. Lá no caso da Audiência Pública nós tivemos. Esse núcleo pode o quê? Trabalhar o orçamento, porque os orçamentos de forma técnica dizendo o Plurianual, por exemplo, esse prefeito que entrou a dois anos atrás ele trabalha um orçamento do Plurianual e do outro, mas essas metas podem mudar com a devida justificativa aqui na Casa Legislativa, não necessariamente compulsoriamente. Mas o município tem o livre arbítrio de consignar no seu orçamento políticas próprias, de criar, aquele que tem uma estrutura maior, quem sabe, se não uma secretaria da pessoa com deficiência, um departamento exclusivo para cuidar disso. Porque o tudo que a gente vê por aí é o penduricalho.
E eu vou dizer olha aqui de um núcleo que nós temos o maior apreço e ele esteve presente na nossa Audiência Pública. Vou aqui inclusive parabenizar, é o Núcleo de Promoção e Defesa da Criança do Adolescente, do Idoso - e aí escute lá -, e da Pessoa com Deficiência (NUECA IPCD). Veja que nós estamos aqui num embalo, mas tem unidades dos municípios que não conseguem ter uma secretaria, mas que tenha um departamento exclusivo sobre isso.
O NUECA, esse núcleo funciona sobre o comando do Dr. Daniel Mendes Carvalho, Defensor Público colega dele aqui, lá em Porto Velho e ele falou da imensa, do enfrentamento de dificuldades que ele tem. Ele também é um assíduo e com certeza fará parte do núcleo. Vocês aqui cada um dos presentes poderá fazer parte desse núcleo representando para que quando surja um problema de difícil resolução...
Nós temos um caso aqui que eu não sei falar nem direito o nome da coisa vou me socorrer aqui da informação aqui, que é a Distrofia Muscular de Duchenne (DMD). Isso aqui é uma doença neuromuscular degenerativa progressiva que não tem cura, parece que tem uma amenização. Na audiência, a gente detectou uma mãe. Ela, coitada, vive como um passarinho para lá e para cá; onde ela escuta um eco ela corre atrás. Quer dizer se esse núcleo está instituído ali vai estar a sociedade civil, Defensoria Pública, o Governo do Estado representado, a Assembleia Legislativa, o núcleo dos 52 municípios que a gente quer representado dentro desse núcleo com câmaras setoriais para tratar cada problema, que quando ele chegar, nós vamos colocar discussão.
Nós temos um instrumento normativo que obriga o Estado a cuidar disso? Não tem, porque não tem a cura, é caro. Mas, nós temos a União. Então, vamos buscar o quê? Um consenso de ver o que pode ser feito. Esse núcleo tem força. Ele tem o setor privado do lado dele. Lá estava todos representantes do comércio. É nesse sentido que o núcleo vai funcionar. Ele vai ter câmaras setoriais representando, por exemplo, hoje aqui tem o pessoal dos surdos, o grupo dos surdos comunidade surda.
Gente, o que esse pessoal interagiu com a gente em todas as reuniões participando, pedindo a fala para se expressar para dizer onde dói, o que tem, o que foi feito, o que não foi feito. Esse núcleo vai estar lá. Foi feito inclusive uma ação de que eles reivindicaram, nós temos a Escola do Legislativo que cria cursos de Libras por aí. O que foi sugerido por uma surda que estava? Ela sugeriu que pudesse ter professores surdos, porque eles sabem. Ela teve um fato que, ela grávida, chegou no hospital não sabia se comunicar na emergência... Isso precisa ser trabalhado, porque uma pessoa com deficiência hoje ele tem que sair. Numa emergência ele não pode sair só. É sobre isso que a gente está falando.
Agradecer aqui a presença do Vereador da Câmara Municipal, o senhor Scopony. Muito obrigado, muito obrigado pela presença mesmo. E agradecer também à equipe da APAE de Ji-Paraná, senhora Luzia Aparecida, coordenadora da família; senhora Tâmile, delegada, e o senhor Giovanni, delegado. As APAEs têm muitas reivindicações, inclusive eu recebo todo dia ligações: "E o núcleo? E o

núcleo?" Porque precisa funcionar para termos reuniões. Projeto ambicioso? Projeto ambicioso, mas de médio e longo prazo agora, porque o curto é o trabalho que a gente já está fazendo. Essas escutas e a formalização para que esse instrumento nasça com credibilidade, sem vaidades. Hoje o Deputado Redano está na direção, é o Presidente da Assembleia Legislativa. Agora não, até é Governador em exercício.

Mas veja que amanhã é um novo Presidente, esse núcleo precisa ser permanente. Amanhã chega a senhora lá dentro e diz: "Não, eu tenho assento aqui, a minha reivindicação é essa, essa, essa, vamos sentar." O que a gente detectou demais nessas escutas desses municípios longínquos?

Presidente Marcelo Lemos, invadimos a vossa casa aqui. Seja bem-vindo.

Então, o que nós precisamos? Precisamos ouvir, sentar. O que a gente detectou demais? Ausência de assistência técnica às associações específicas, porque eles não sabem elaborar um projeto. Talvez tenha até a pessoa jurídica constituída, um recurso para ir buscar. Quer dizer, o papel do núcleo é acabar... Estou acabando com essas migalhas, do pratinho, do pires? Não. É fazer que tenham uma política permanente. E os núcleos, associações e pessoas continuem buscando isso, mas falta o quê? Assistência técnica.

O núcleo vai dispensar isso. O núcleo vai estar reunido. Hoje, com essa globalização, essa questão midiática da videoconferência. Então, quem está lá no município, por exemplo, de Cabixi, que representa a APAE, o núcleo fala: "Olha, não tem um assento." Eu preciso contactar com o núcleo, o núcleo vai ter um sistema todo interligado, a pessoa vai entrar em contato e lá vai saber do problema daquela associação. Tem uma solução local? Há como resolver amenizar? Vai resolver tudo? Não, mas os problemas vão chegar e o papel do núcleo é amenizar e, mais que tudo, criar essa política permanente.

Eu dei uma pincelada por alto, porque aqui na ordem do nosso cerimonial ele foi criado de imediato, e agradecer a minha colega de trabalho, a Patrícia, muito eficiente. E eu vou franquear a palavra a cada um dos senhores para que façam questionamentos, perguntas.

Primeiramente, eu vou pedir aos que estão na Mesa se pronunciem, e posteriormente, conforme for surgindo um tema que tenha dúvida e qualquer outro evento, nós estamos aqui para aclarar.

Mas a princípio seria isso. Esse é o estudo, nós estamos criando um núcleo intersetorial onde cada associação dessa, cada pessoa, cada município, vai ter uma câmara para você discutir isso dentro do núcleo com amplitude maior, com corpo de representantes da Defensoria Pública, da OAB, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Então esses núcleos vão ter uma sessão e a gente vai levar à pauta todos os problemas que nos forem encaminhados. Ok?

Eu vou franquear a palavra aqui. Então, para que todas as reuniões que nós fazemos por aí, muitas das vezes se torna um pouco cansativo para as pessoas porque se alonga, porque todo mundo quer falar do seu problema. Aqui não é uma Audiência Pública, é uma reunião para a gente ouvir as necessidades daqui. Posteriormente, a equipe técnica estará procurando... Desculpa. A Secretaria de Ação Social do município para inteirar quais as políticas públicas que estão sendo aplicadas, desenvolvidas. O que falta nesse sentido, porque tudo isso vai alimentando o banco de informações do futuro núcleo. E também das questões de saúde local, educação. E um passo que eu vejo como essencial: nós precisamos saber onde está cada pessoa com deficiência do Estado de Rondônia.

Esse censo eu acho que muito provavelmente - como ele vai partir do núcleo -, ele sairá de uma ação da Assembleia Legislativa até com contratação de uma empresa especializada, com um questionário muito profundo e aí o pessoal que mexe com essa questão da estatística vai ver qual o melhor processo se digital para fazer, mas de cada município eu tenho que saber quantos surdos tem, quantos cegos, baixa visão, pessoa atípica tem no município de Cabixi? Quantos tem em Ji-Paraná? Quais são os setores, condição social? Porque esse banco de dados alimentado, uma vez alimentado, o trabalho dele da primeira vez vai ser grandioso, mas posteriormente alimentado, a atualização dele é coisa mais simples. Pode criar um dispositivo com a inclusão de um, a saída de outro. Ok?

Eu vou franquear a palavra para um da Mesa e um dos senhores que representam as associações. Ok?

Vou franquear a palavra ao Presidente da Câmara de Paraná, o senhor Marcelo Lemos, por favor. O Presidente quer falar posteriormente, então vou passar aqui para o Vereador que está aqui do meu lado, o Vereador Márcio Freitas.

O SR. MÁRCIO FREITAS - Pessoal, muito bom dia a todos vocês. Em nome do nosso Presidente aqui, Doutor Doca, eu cumprimento a toda a Mesa, todo o dispositivo também; as pessoas que estão aqui presentes nesta reunião, digamos assim, aquelas pessoas que não são portadoras de deficiência, mas que possuem uma condição especial e que estão aqui para aclamarem os seus direitos, nada mais do que isso. E é louvável essa iniciativa por parte, através do nosso Deputado Estadual Presidente Alex Redano, o qual eu também o cumprimento nesta manhã.

E é importante, Doutor Doca, que nós, instituições públicas, não apenas o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, a própria Defensoria Pública também, todos nós estejamos incumbidos nesse tema de extrema importância quando se fala em relação a cuidar e a buscar os direitos das pessoas com deficiência. E quando a gente fala a respeito desses direitos, Doutor Doca, a gente não se limita apenas à acessibilidade deles, é muito mais do que isso.

Nosso amigo, que é um grande amigo parceiro nosso também da Casa Legislativa, o Vereador Licomédio sabe muito bem disso, que aliás é um tema extremamente defendido por ele nesta Casa também, do qual eu coaduno também deste mesmo tema. Mas quando se fala

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

em relação a buscarmos e lutarmos pelos direitos dessas pessoas que possuem, que têm alguma deficiência, ele vai muito mais, ele atinge também a saúde pública, ele atinge a educação, ele atinge também, é óbvio, a acessibilidade, a assistência social, o trabalho e a renda dessas pessoas. Exemplo claro disso, que a gente pode citar, elaborarmos políticas públicas voltadas para gerar aí um índice, um percentual necessário por parte do poder público para contratação, exemplo disso, de portariados, de cargos comissionados.
Quais seriam os benefícios que nós traríamos para poder atender essas pessoas que tanto buscam e, como bem dito pelo senhor, parece por muitas vezes serem esquecidos por parte do poder público?
Então, eu agradeço o convite. Eu agradeço a oportunidade, não quero me estender até porque o intuito desta reunião não é dar voz a nós. Muito pelo contrário, é darmos voz a vocês, para que vocês possam levantar realmente os direitos, buscarem realmente apresentar os direitos de vocês e que nós, representantes do poder público, possamos sim encampar esta causa, atender realmente a estes anseios e que isso seja uma realidade presente nas nossas vidas. Que nós possamos não apenas viver momentos como este, mas que toda a gestão, que todo o Poder Legislativo, Senhor Presidente da Casa, Vereador Marcelo Lemos, possamos entender que isso é salutar e que a gente precisa ter em mente que todas as políticas públicas voltadas à nossa população, à nossa gente, à nossa cidade, elas precisam também atender a esta demanda que não é pequena, mas que é extremamente importante para a nossa sociedade.
Deus abençoe todos vocês. Muito obrigado pela palavra.

A SRA. LEIDE RODRIGUES – Doutro Doca, só quebrando aqui o protocolo, as pessoas que forem fazer uso da palavra, por favor, façam sua autodescrição em respeito à Angélica Dias, com baixa visão, que está ali embaixo, para que ela localize dentro do auditório a pessoa que vai falar.
Então, a autodescrição pode falar no microfone ou fora, para que ela possa localizar a pessoa e conseguir se conectar. Obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigado, Leide, pela intervenção.
Vamos ouvir agora a Conselheira da Municipal de Educação de Ji-Paraná, a senhora Etelclície Coelho.

A SRA. ETELCLÍCIE COELHO FERNANDES LUIZ DE MATOS - Oi, eu tenho 1,57, sou morena, tenho os cabelos pretos e as pessoas falam que eu tenho uma feição muito de brava. É o suficiente? Tem que falar mais alguma coisa, Leide? Eu estou à sua frente... É aquela moça? Eu estou à sua frente, na sua direção.
Gostaria primeiramente de cumprimentar a Mesa. Eu sou Conselheira Municipal de Educação, sou gestora escolar, mas eu vim fazer uma fala como conselheira. Na verdade, o que eu quero também é dar uma resposta para as famílias atípicas, aproveitar essa oportunidade e falar um pouco sobre o trabalho que está sendo realizado no município.
Hoje enquanto Conselheira Municipal de Educação quero apresentar à sociedade os avanços que estamos construindo no município de Ji-Paraná no que se refere às políticas públicas de educação inclusiva. Dentre esses avanços destaco uma conquista de grande relevância para toda a comunidade escolar e especialmente as famílias atípicas: a elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação Inclusiva.
Este documento vai nortear e vai orientar como serão feitos atendimentos dentro da escola. Representará um marco na consolidação da política municipal de educação. Mais do que um documento normativo essas diretrizes representam o instrumento de garantias de direitos de dignidade humana, de equidade e de respeito às singularidades a cada estudante.
Nesse contexto quero destacar também a importância do mediador escolar. Agora eu quero falar como professora. Por que eu vou falar sobre o mediador escolar? Em 2024, eu estive aqui na Câmara, em abril, onde teve uma grande comemoração ao Dia da Autismo. E eu vim fazer uma manifestação como mãe e como professora sobre a importância desse mediador para fazer o quê? Para que fato aconteça a educação para criança com deficiência, principalmente aquelas com autismo, que é a maioria que temos na rede municipal de ensino.
E por que eu quero falar como professora? Porque eu já tive muitos estudantes com deficiência e quando eles chegam até mim, eu dou o meu melhor que eu posso dar, mas nem sempre nós temos as especificidades necessárias para atender este aluno. E por que é importante ter um mediador? Para ele trazer essa inclusão, porque essas crianças também têm direito de aprender. E o professor além de lidar com os estudantes com deficiência, trazendo ali as suas variedades - como eu posso falar? -, de dificuldade de aprendizagem, ainda tem os outros.
Então, hoje o município tem um problema das salas superlotadas. Nós temos em torno de 7, 8 crianças dentro de uma sala de aula, cada uma com especificidade diferente e fica difícil para o professor dar um trabalho de qualidade quando nós não temos as ferramentas necessárias. O mediador escolar é uma necessidade hoje.
Em 2024, a gente estava aqui na presença dos vereadores, o Vereador Scopony que está ali, não sei se foram nas escolas e até hoje nós estamos em quê? Em 2026, eu não vi nada acontecer. E eu sou gestora, está? Eu não vi nada acontecer. Muito pelo contrário, ainda vejo muitas famílias, eu como mãe, enfrentando o problema de falta de cuidador. Falta de cuidador para a criança poder ir para a escola, pelo menos para ela ter o direito. Eu quero deixar claro que a matrícula não é só a garantia de direito. Eu quero falar sobre depois que ela entra na escola, e aí? Está faltando muita coisa. Eu vejo os outros municípios, o Estado do Acre, por exemplo, quero trazer como referência, processo seletivo de dois em dois anos para mediador e cuidador. As pessoas estão preocupadas quanto vai gastar esse mediador dentro da sala de

aula. Mas quanto valem as nossas crianças? Quanto vale a qualidade de ensino?
Eu vejo uma fortificação por parte da equipe de Educação. Não quero criticar o Secretário, claro. "Saero, Saero, Saero" (Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia), as crianças regulares, que são as ditas normais, mas e as crianças especiais? Vem alguma prova para elas fazerem diferenciada? Vem alguém para poder fazer com que ela se sinta incluída? Para mim isso é um processo de exclusão.
E o mediador ele não vai resolver todos os problemas do mundo, não. Não vai. Mas ele vai trazer pelo menos um mínimo de dignidade. Posso dar um exemplo para vocês? Agora eu vou falar como mãe. Sair da conselheira, da gestora, da professora, agora eu vou falar como mãe. Eu tenho duas filhas que não falam. Elas vão entrar na alfabetização. Eu vou cobrar do professor aprendizagem desse aluno? Como é que a escola vai fazer? Como é que vocês vão fazer? Eu estou falando com as autoridades. O que vocês estão fazendo para isso acontecer?
Em 2024, eu estive aqui, nessa tribuna, pedindo por isso: mediador. Foi feito algum estudo? Alguém foi nas escolas para saber? Alguém procurou as famílias? Elas vão entrar ano que vem na alfabetização. Elas não falam, como é que a professora vai fazer? E aí?
É isso, gente. Obrigada a todos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigado pela participação.
Agradecer também a presença do Vereador Weslei Brito, pela presença, muito obrigado.
Eu passo a palavra para o Defensor Público da 5ª Defensoria de Ji-Paraná, o Doutor João Verde Navarro.

O SR. JOÃO VERDE NAVARRO - Bom dia, bom dia a todos e todas. Inicialmente eu vou fazer a minha autodescrição em respeito aos colegas, sem mencionar microfone até para poder localizar onde estou.
Estou aqui à sua frente, me chamo João, sou Defensor. Bom, acho que ela já me localizou agora vou falar ao microfone eu tenho 1,85, sou um homem branco e estou vestido com roupa preta, tenho cabelos curtos e olhos castanhos.
Pois bem, inicialmente cumprimento aqui a Mesa na pessoa do Vereador Licomédio, pessoa com deficiência, excelente vereador da Casa, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes. Comprimento o Doutor Doca e peço que encaminhe os cumprimentos e os parabéns ao Deputado Alex Redano pela iniciativa tema extremamente relevante e muito caro à Defensoria Pública.
Eu serei breve porque temos muitas pessoas aqui a falar, tanto da Mesa quanto da plateia, mas vou falar um pouco da minha atuação enquanto Defensor Público, da atuação da Defensoria Pública em defesa das pessoas com deficiência.
Diariamente, conforme que a colega que me antecedeu deixou claro, pessoas, mães principalmente, a gente fala mães porque 99% das vezes quem corre atrás do direito dos filhos são as mães e não os pais, infelizmente. Mães procuram a Defensoria Pública buscando mediador, buscando cuidador para auxiliar na educação dos seus filhos. E a Defensoria Pública entra ali com um processo individual, dois processos que tramitam na Vara da Infância e Juventude buscando garantir o direito dessas crianças. É o meu trabalho. Faço isso diariamente, semanalmente. Mas, por outro lado, é ruim porque a gente sabe que gera um gasto ao poder público, no sentido que é um gasto individualizado, enquanto o poder público deveria olhar para todas as crianças de maneira global.
Não adianta entrar com um processo, o juiz mandar o município pagar o cuidador aí vai lá o juiz entra na conta do Poder Executivo, sequestra o dinheiro, entrega para mãe pagar o cuidador. Isso resolve para aquela mãe, mas não resolve problema como um todo.
Da mesma forma que aqui na plateia tem dois assistidos da Defensoria Pública, o Daniel Felipe, que está à minha frente, daqui a pouco a gente conversa, que eu sei que você tem outras demandas enquanto representante da associação de outras pessoas que necessitam; e o Elton, aqui pedi autorização para mencionar o caso dele.
A Defensoria Pública entrou com um processo para uma cirurgia de alto custo, e depois de um bom tempo tramitando aqui na 5ª Vara Cível de Paraná, nós conseguimos que o juiz sequestrasse o valor também, mais uma vez um exemplo em que o nosso Sistema Único de Saúde não funcionou, ele teve que socorrer da Defensoria Pública, do Poder Judiciário para garantir o direito. E hoje a qualidade de vida dele é outra em razão dessa cirurgia que nós conseguimos por meio de um processo judicial, digo nós, a Defensoria Pública do Estado.
O senhor Daniel Filipe, agora um exemplo bem prático de como acessibilidade dificulta pessoa. O senhor Daniel Felipe está aqui, ele mora na Rua Vinícius de Moraes, correto? A Rua Vinícius de Moraes é uma rua que não tem asfalto, é uma rua de terra. Então, na época da chuva, fica intransitável. Vocês estão testemunhando aqui a dificuldade do Daniel Felipe de entrar aqui no plenário da Câmara, um ambiente com acessibilidade. Imagine ele sair de casa numa rua de terra num dia de chuva. Não tem como fazer isso.
E o que ele fez? Buscou a Defensoria Pública junto com a sua mãe e nós ingressamos com uma ação. Primeiro, a gente oficiou, isso está tramitando já tem uns dois anos na Defensoria Pública, você prova disso, Daniel Felipe. Nós oficiamos a Prefeitura pedindo para a Secretaria de Obras asfaltar a rua. A gente não quer judicializar. Judicializar é o último passo, gera um custo para todo mundo.
A prefeitura pediu prazo de seis meses, a Secretaria de Obras estava lá no cronograma de asfaltamento da cidade. Passou o prazo, não asfaltou. Nós oficiamos de novo. Pediram mais um prazo. Não asfaltou. Até hoje não asfaltou, a rua está de terra ainda. A dificuldade dele de sair de casa em razão disso. Nós tivemos que ingressar com ação judicial e que foi transformada em uma Ação Civil Pública porque não vai beneficiar só ele, vai beneficiar todos os moradores da rua e o processo agora

está tramitando. Esse processo inclusive eu vi hoje, está na 3ª Vara Cível e o município pediu prazo, mais uma vez, para cumprir o asfaltamento da rua.
Então, são três exemplos de demandas individuais que a Defensoria Pública ingressa buscando garantir, entre aspas, direitos básicos do cidadão, que é acessibilidade na rua, na frente da casa dele; o direito à saúde e o direito à educação.
Parabéns realmente à iniciativa, é um tema muito caro, muito importante que nós estamos abordando aqui hoje. E a Defensoria Pública segue de portas abertas tanto aqui em Ji-Paraná como no Estado de Rondônia inteiro.
A Assembleia Legislativa do Estado é muito, muito parceira da Defensoria Pública. Se hoje nós estamos presentes em todas as comarcas do Estado com defensor público atuando em prol da sociedade, passa muito pela parceria com a Assembleia que está lá firme e forte de mãos dadas com a Defensoria.
Muito obrigado pela oportunidade, parabéns pela iniciativa e seguimos à disposição.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradeço pelo pronunciamento. Realmente a Defensoria Pública é uma grande parceira da Assembleia Legislativa. Nós já tivemos oportunidades em que instauramos ali a CPI da Energisa, que a Defensoria Pública criou um núcleo específico, uma comissão capitaneada pelo Doutor Sérgio e foram ingressadas mais de, acho que 4 mil ou 5 mil ações contra a Energisa, contra os desmandos, à ofensa ao direito do consumidor.
Não é diferente nesse caso, tem um núcleo exclusivo na capital e eu tenho certeza que nas Promotorias, nas Defensorias dos municípios do interior, como eu acabei de verificar aqui.
Mas é uma pena ter que judicializar. É uma pena. O núcleo surge para buscar esse entendimento, por exemplo, uma demanda dessa chegar, para que não seja necessariamente essa coisa de você judicializar aquele direito que está na lei. É como eu costumo dizer, nós temos um arcabouço de instrumentos normativos enormes.
No último levantamento que nós fizemos, só leis de direitos, consignar direitos da pessoa com deficiência, nós tínhamos 98 leis estaduais, fora as municipais, fora o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é uma lei federal que, inclusive, carregado de sanções, de pena até de reclusão. Esse caso que ela elencou, da Mesa aqui, dessa coisa do agente de negar, isso aí se a atuação do agente detectada, dá até demissão. Sanções de ordem pecuniária, de multa.
Então, esse núcleo vai trazer isso aqui, mas é para ir contra os governos? Evidentemente que não, porque a gente sabe como é que é a dificuldade dos orçamentos públicos. Mas isso tem que ter uma conciliação, um meio termo. Você precisa planejar alguma coisa de políticas do poder público e da sociedade, enfim, precisa participar.
Mas eu agradeço e desculpe a minha intervenção. Mas obrigado pelo pronunciamento, Defensor. E mais uma vez agradecer o apoio que a Defensoria tem dado à Assembleia Legislativa de forma geral.
Vamos ouvir agora a Coordenadora do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, a senhora Angélica Dias Ferreira, e acadêmica do curso de Pedagogia da UNIR.

A SRA. ANGÉLICA DIAS FERREIRA - Bom dia a todos. Quero primeiramente agradecer à pessoa que se atentou para o fato da acessibilidade, que eu iria fazer essa reclamação com certeza, da ausência de descrição e também porque quando a gente começa um evento público o primeiro passo é retirar a voz do microfone para a pessoa conseguir localizar. Inicialmente eu estava olhando para lá para a plateia e totalmente desorientada, mas agradeço muito.
Quero destacar também que essa é uma das relevâncias da importância desse núcleo, porque quem é que vai entender a necessidade de acessibilidade? Quem é que vai saber orientar o professor sobre acessibilidade atitudinal? É uma pessoa que enxerga, que nunca passou desgosto ou constrangimento de ser orientada de forma constrangedora realmente? Não, com certeza quem vai entender isso é alguém que vive na pele.
Muito se pensa na alfabetização do surdo, no acolhimento da criança autista dentro da escola e as outras deficiências acabam sendo esquecidas. Como receber uma criança cadeirante na escola? Como que o professor vai lidar? Não tem preparo, não tem formação.
Quando tem formação no município, geralmente só é focando na questão da criança com deficiência intelectual, na criança com autismo. Mas, o cego e o surdo e o cadeirante geralmente são esquecidos.
Então, eu considero, como já falei, muito relevante a existência desse núcleo, porque, por exemplo, tendo uma pessoa com deficiência visual como eu cheguei aqui em Ji-Paraná, está com um ano agora, eu cheguei em setembro de 2025. Assim que eu cheguei, eu fui na SEMED (Secretaria Municipal de Educação), apresentei o meu currículo, o meu diploma de licenciatura, que eu já sou licenciada em Biologia. Apresentei o meu currículo, o meu certificado de formação em Braile, com 320 horas de carga horária. Disse: estou à disposição. Se tiver alguma portaria se tiver algum processo seletivo estou à disposição para fazer esse processo, porque a criança cega ela também tem direito de ser alfabetizada.
Isso é por quê? É por que eu quero um emprego? Com certeza não! É porque eu quero que crianças que vivem o que eu vivi, porque eu sou uma mulher cega, nasci cega, é uma condição hereditária. Eu quero que essas crianças possam ter o mesmo que eu tive: o direito de ser alfabetizada, de estudar, de chegar na universidade sabendo ler. Mas é muito fácil para o Estado, para o município chegar e dizer: "Ah, não, Vamos disponibilizar leitores de tela. Vamos disponibilizar isso em áudio. Manda o texto para o aluno no áudio, no WhatsApp.". Gente, não é a mesma coisa você ler e você ouvir. Não é! Você não absorve da mesma forma.
Então, é relevante para a educação, é relevante para a saúde, para orientação no município. Por exemplo, promover entre a população conscientização. Quantas ve-

zes vocês já viram e eu já trombei, já atropelei lá dentro da Unir, em calçadas também, moto e bicicleta em cima do piso tátil. Isso está correto? Não está. Mas, talvez a pessoa que fez isso ela não tem essa consciência, talvez porque falta preparação da parte do município. Falta essa orientação para sociedade. Não tem.
Olha, já aconteceu comigo, por exemplo, aqui nesse hospital municipal três vezes. Não uma, não duas. Três vezes de levar meu filho com febre com vômito e aí chega lá "não, não pode entrar, porque..." tipo assim, mandando o pai dele acompanhar. Mas quem convive com ele e quem cuida dele sou eu. Eu sou mãe com deficiência, eu tenho direito de ter meu acompanhante. No ano passado, meu filho passou por uma cirurgia e quando eu quis que dessem comida para mim também, para o meu marido que estava me auxiliando dentro do quarto para cuidar do meu filho, deram um prato de comida. O meu marido passou de 7 horas da manhã até 4 horas da tarde sem comer, porque tiveram coragem de dar um prato de comida apenas dentro do quarto, vendo que ele estava me acompanhando, porque eu era deficiente e eu queria e tenho o direito de acompanhar o meu filho. Mesmo que eu seja uma mãe com deficiência, isso não vai me tirar o direito de acompanhar o meu filho.
Então é isso, considero relevante e muito necessário, cobro das autoridades que isso não seja uma falácia, porque é fácil a gente vir aqui reivindicar, eu quero, eu preciso, eu necessito. Aí a autoridade "eu vou fazer", daqui um, daqui dois, daqui três, daqui dez anos, quantas crianças já saíram da rede municipal sem saber ler o Braille? Quantas crianças já até saíram do Ensino Médio ou abriram mão da escola ou disseram, aconteceu comigo isso daqui de um professor com uma aluna no Ensino Médio me falar: "Ela não tem interesse no mercado de trabalho." Por quê? Porque essa criança nunca recebeu acessibilidade de verdade.
Então, eu cobro que não seja uma falácia. Obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradeço demais o pronunciamento carregado de emoção e sinceridade.
É por isso que essas oitivas são boas, é como ela disse, não é mais uma reunião para marcar outra reunião. É isso que a gente está falando. É disso que a gente está falando. E ela está coberta de razão.
Gente, hoje, veja bem, a nossa organização aqui está falha, foi com falha. Existe hoje um instrumento aqui no Estado de Rondônia quase não se aplica, mas eu tenho colegas, inclusive que já morou aqui no Estado, ela mora em Brasília hoje, ela é audiodescritora. A audiodescrição é algo essencial todos os eventos hoje de ordem cultural, de toda natureza, evento que tenha público, tem necessariamente que ter um audiodescritor no contrato. E nós vamos trabalhar isso para colocar no Estado de Rondônia, mas nós precisamos do quê? Preparar o profissional para fazer audiodescrição. Audiodescrição não é eu sair daqui e me autodescrever. A audiodescrição é feita inclusive com uso de tecnologia, um ponto aqui, e tem um audiodescritor que ele tem técnicas. Tem técnicas hoje, a UnB, Universidade de Brasília, já forma profissionais nesse sentido, e esses profissionais podem vir preparar professores, porque o que ela disse é verdade. A criança não aprende Braille e esse dado que ela disse é real. Isso aqui é uma voz que veio gritou aqui.
Eu estou dizendo por isso a existência desse núcleo, essa voz aqui dos depoimentos que a gente ouviu, dessa questão da deficiência da pessoa cega, é a primeira que aborda esse tema. Eu já conhecia esse tema, mas de ouvirmos aqui alguém com essa reclamação é por isso que a gente está aqui.
Isso aqui já vai ser levado para incorporar para o relatório final, porque a pessoa com deficiência cega vai ter a sua câmara de discussão. Tudo isso que ela disse aqui, e veja como não tem como dissociar já da estrutura do Estado, porque as pessoas dizem: "Ah, mas é tudo Estado?" É o Estado! As pessoas menos favorecidas têm que socorrer do Estado e o Estado precisa criar essa política pública mínima, porque ela é mínima de acessibilidade, e não precisar necessariamente a todo tempo estar recorrendo do Poder Judiciário, da Defensoria para individualizar esta ou aquela ação.
A gente precisa agir voluntariamente sem necessário à compulsoriedade do Poder Judiciário. Agradeço o pronunciamento.
Agradecer a presença da Vereadora da Câmara Municipal de Ji-Paraná, a senhora Rosana Pereira. Doutora Rosana, muito obrigado pela presença.
A palavra fica franqueada ao Vereador Wallisson Amaro.

O SR. WALLISSON AMARO – Eu me chamo Wallisson Amaro, tenho 1,84, uso óculos, cabelo quase grisalho já, mas preto e estou vereador aqui na Câmara Municipal.
Quero cumprimentar o Doutor Doca em nome de toda a Mesa, agradecer e dizer da alegria de poder participar desse momento de escuta, desse momento de inclusão. Acredito que nada melhor você participar e ouvir de quem de fato tem a dor. Às vezes a gente cria mecanismo, não é Vereadora Doutora Rosana, mas não é a nossa realidade. A realidade daquele que vem à tribuna expressa o seu sentimento, expressa a sua dor o seu carinho e eu acredito que esse momento é um momento válido momento oportuno para a gente poder usufruir de tudo isso e absorver da melhor forma possível para que, de fato, as políticas públicas não sejam só políticas públicas, mas que sejam políticas públicas de resultado, de entrega na ponta.
Quero também deixar um cumprimento especial ao Vereador Licomédio Pereira, ao Vereador Scopony. Grandes parceiros e que têm uma atuação muito incisiva nessa área tão importante e tão especial, a qual tem que ser valorizada e reconhecida.
Quero cumprimentar minha grande amiga Leide, que também faz um trabalho muito bonito junto às mães atípicas. Temos projetos aprovados aqui pelos demais pares e que estão em atividade para as mães atípicas do nosso município. Também fico agradecido por ter essa oportunidade de estar aqui.
Quero externar aqui o meu carinho ao Deputado Alex

Redano por proporcionar hoje como Presidente da Assembleia Legislativa, mas como parlamentar e de outros mandatos, e que hoje vem poder proporcionar junto à sua equipe, a equipe da Assembleia Legislativa. Para nós uma grata alegria poder receber aqui na Câmara Municipal de Ji-Paraná.
Quero cumprimentar e deixar o meu carinho aqui à senhora Susana. Trabalho belíssimo, trabalho reconhecido no município de Ji-Paraná. Deus continue abençoando a senhora, que a senhora possa continuar sendo luz na vida de tantas outras pessoas.
Quero cumprimentar meu amigo Elton, a Tâmile, ontem estive lá no trabalho dela, me atendeu muito bem, obrigado. Não vou dizer garçonete, mas uma grande profissional. A gerente, ela que coordena tudo lá. Meu amigo Giovanni, Deus abençoe. Meu amigo Alan também aqui com a gente. A gente tem um carinho e pode estar dialogando.
O que eu posso dizer é que o Vereador Wallisson Amaro, junto com todos os nobres parlamentares que estão aqui hoje, nós estamos prontos e querendo. Estamos à disposição para que o avanço, o progresso chegue também na inclusão, na área social, na escuta.
Então, doutor, o que me resta hoje é só agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer palavras simples, mas que são palavras do meu coração, e desejo que cada vez mais a inclusão possa avançar.
Doutora Rosana, que tem os seus filhos atípicos também, e por sinal cantam muito bem, acompanham tanto a doutora, o seu filho, tem esse dom, e cada um com o seu dom vai derramando luz na vida de tantas outras pessoas.
Então, muito obrigado e que Deus continue abençoando sempre.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Muito obrigado, vereador. Nós é que agradecemos a receptividade da Câmara de Ji-Paraná.
E vamos ouvir agora a Diretora Social da APAE de Alvorada D'Oeste, a senhora Vanessa Rosa da Silva.

A SRA. VANESSA ROSA DA SILVA - Bom dia a todos. Cumprimento primeiramente as pessoas com deficiência que estão nessa sala, as autoridades. Não vou estar fazendo minha autodescrição, não temos ninguém com baixa visão.
E principalmente a comunidade que está aqui para participar desse encontro é muito importante. Meu nome é Vanessa, como já foi dito, eu sou coordenadora, sou diretora associada da APAE de Alvorada. Sou coordenadora das famílias atípicas no Estado de Rondônia representando a APAE. Sou pessoa com deficiência, sou mãe atípica, filha típica e esse momento aqui me traz recordação de quando nós iniciamos na nossa APAE em Alvorada. Apenas um grupo de mães atípicas com muitos filhos precisando de terapia e nada para oferecer para eles.
Através desse grupo de mães e nós buscamos ajuda. Nós conseguimos hoje no nosso município, um município pequeno, nós temos terapia, hidroterapia, fisioterapia, equoterapia, psicólogo. Nós temos a fonoaudiologia, que é uma busca muito grande das famílias atípicas.
E eu preciso dizer para vocês que tudo isso que nós temos lá ainda é pouco porque nós não conseguimos atender as necessidades das pessoas com deficiência. O direito infelizmente está como promessa, porque é muito bonita a lei, mas na prática é diferente. Quando uma mãe precisa de um profissional de apoio na sala, ela tem que recorrer atrás de um direito que já é garantido.
Quando nós precisamos de fazer uma faculdade, para gente ter acesso a uma qualidade de vida melhor, temos lá o projeto, a cota de lei que garante o direito das pessoas com deficiência, mas nós não temos acessibilidade. Nós temos uma rampa, mas como está a calçada? Quantas pessoas com deficiência não estão no mercado de trabalho? Quantas pessoas com deficiência não estudam? Porque não tem acessibilidade.
São coisas básicas, são coisas simples, mas que infelizmente impossibilitam que a pessoa tenha qualidade de vida.
Em relação à saúde, eu gostaria que tivesse um olhar bem específico para essa área, porque é muito difícil uma mãe saber que o filho tem um desenvolvimento, ali nos primeiros anos de vida, e ela perde esse desenvolvimento do filho porque ela está dois, três anos esperando por uma consulta com o neurologista, porque ela está esperando por uma terapia. São coisas básicas.
Nós temos crianças que elas não conseguem se alimentar, mas nós sabemos que se elas tivessem um atendimento com fonoaudiólogo, uma equipe capacitada, preparada, ela conseguiria se alimentar. As mães e as famílias são quem mais precisa de cuidado. Cada criança que chega para nós lá na APAE nós olhamos primeiro para as famílias, porque o desenvolvimento daquela criança depende da família.
Então nós precisamos que tenha um Projeto de Lei, que tenha cuidado para com as famílias, que as famílias sejam acolhidas e não existe: "Olha, eu tenho esse projeto para Vanessa que tem um deficiente, uma deficiência.". O projeto tem que ser para minha família. A minha família precisa estar incluída.
O profissional vai ficar com essa criança numa terapia 40 minutos. Mas, essa mãe ela tem preparo para cuidar dessa criança em casa? Para executar o que foi passado ali? Às vezes é investido um valor alto e não tem retorno para as famílias, porque as famílias não são capacitadas para cuidar dos filhos, porque eu tenho meu conhecimento de mãe, eu tenho um casal de filhos atípicos. Eu tenho meu conhecimento de mãe, mas eu preciso do conhecimento técnico. Mas se nós juntarmos o conhecimento técnico com o conhecimento da família, o meu filho vai desenvolver muito melhor, porque eu posso reaplicar.
Eu observo que as leis para pessoas com deficiência, são tidas como favor quando ela vai para a realidade, porque não é concreto. Não é algo concreto. Eu tenho direito à saúde, eu tenho direito à terapia, mas e para eu conseguir essa terapia? Eu tenho que ir na Justiça, eu

tenho que fazer diversos orçamentos. Não é uma realidade que atinge as necessidades das famílias.
Então, nós precisamos olhar para a realidade das famílias antes de construir qualquer coisa que seja direcionada às pessoas com deficiência.
Também quero falar com vocês referente à educação. Falei aqui, mas quero pontuar algo. Eu gostaria que nesse núcleo fosse trabalhado muito sobre uma criança que está na escola, que as crianças não sejam colocadas na escola como se estivessem ali sendo incluídas.
Eu gostaria que fosse acompanhado o trabalho para aquela criança na escola. Muitas vezes a criança está correndo, a criança está brincando, mas a criança não está participando, ela está no mundo dela e a gente quer que ela participe em um todo, não só estando presente na escola.
E eu quero finalizar dizendo que a gente necessita muito, mas muito de um núcleo, mas um núcleo que tenha orçamento para aplicar essas ações, que tenha metas, que tenha prazos definidos e principalmente indicadores para que as pessoas possam estar ali fiscalizando as ações que estão sendo realizadas.
E eu gostaria muito que nesse núcleo tivessem presentes pessoas com deficiência, porque nós somos múltiplas deficiências, são muitos tipos de deficiência. Então, só nós sabemos aquilo que nós realmente precisamos e que todos tenham direito de fala, porque ouvir a mim não é necessidade de ouvir meus outros colegas. Então, que todos falem, que todos sejam ouvidos.
Bom dia, obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradeço a intervenção. Você gostaria da palavra de imediato, de fazer um aparte? Sim? Um microfone para ele, por favor.
É o Geovanni.

O SR. GEOVANNI DE SOUZA OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Eu quero saudar a Mesa em nome do nosso amigo, assessor parlamentar do nosso Deputado Alex Redano, nosso Presidente da Assembleia. E eu quero entregar um abraço a ele, entendeu? Dizer que eu faço parte da APAE e represento os alunos da APAE de Ji-Paraná.
Eu sou o Geovanni. Eu sempre represento, em todos os eventos, a APAE de Ji-Paraná, e todas as APAEs do Estado de Rondônia. Mais um ano a gente está representando, a qual eu represento o Gustavo, que é da APAE de Espigão D'Oeste, quando ele não está nos eventos eu faço um intercâmbio acompanhando os eventos para ele e anotando aquilo que precisa.
A minha pergunta é fácil. O Márcio Freitas é um grande vereador, entendeu? Sempre atua dentro da Câmara. A pergunta é: a pessoa com deficiência nós temos na APAE, na APAE de Ji-Paraná. E tem muitas pessoas com deficiências, com problemas, falta de respeito dentro da APAE. E nós precisamos disso, é cuidar uns dos outros.
Nós temos alunos com deficiência que são cadeirantes e nós, em nome da diretoria da APAE, nós sempre estamos juntos ali ajudando uns aos outros. A deficiência inclui a nossa voz. E nós levamos esse tema. Nós tivemos ano retrasado, a Semana da Pessoa com Deficiência. Eu até passei isso com eles, fora da APAE.
Aqui é um dos gargalos. Que os órgãos públicos é um órgão que é para as pessoas que precisam, com deficiência, com rampa, não é? E, tem várias pessoas com deficiências, como o Vereador Licomédio, que é um grande vereador nosso, que sempre está conosco, aprovando vários projetos nossos, e dizer que quando a pessoa é com deficiência, é múltipla, e nós precisamos de apoio na política pública, que a APAE de Ji-Paraná é uma escola que nós sempre defendemos.
Tem um casal de alunos, os quais eu represento. Sou eu, mais um ano, no nível estadual, estou deixando agora e quero dizer que existe uma maneira da pessoa com deficiência ter direito nos lugares públicos, tanto no mercado do trabalho e tanto no Legislativo.
Eu sou um menino. Um menino que aprende tudo. Eu vivi dentro da APAE ajudando a Luzia, grande mulher que representa a família, a Tâmile, a nossa aluna da APAE. E dizer que eu me sinto orgulhoso, com orgulho de defender uma bandeira das pessoas com deficiência, com pessoas com Síndrome de Down. É isso que nós precisamos. Na política pública existe oportunidades, pode ser qualquer lugar que for. Pode ser qualquer lugar que for, seja no Fórum, seja no Ministério do Trabalho e nós precisamos disso.
A pessoa com deficiência, não é porque é pessoa com deficiência, têm pessoas com Síndrome de Down também que têm direito de realizar os sonhos deles e o sonho da pessoa com deficiência mostrar a capacidade deles dentro de um órgão, que eles têm direito de mostrar que eles são capazes.
Por isso que eu falo, quando tem Sessão aqui, quando tem Sessão, eu acompanho todos os projetos da Câmara. Quando tem projeto da APAE de Ji-Paraná, eu acompanho. Faço questão de apoiar e dizer que a pessoa com deficiência não é porque nasceu com aquele problema, não. Não nasceu para andar. A pessoa tem que andar, tem que ter a família do lado para ajudar pessoas que necessitam, com deficiência.
Eu sei que a causa em prol da pessoa com deficiência, eles têm direito. Eu não sei seu nome, mas Deus conhece seu nome.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso. Pode me chamar de Doca, está bom?

O SR. GIOVANNI DE SOUZA OLIVEIRA – É preciso de ter uma pessoa com deficiência.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Giovanni, conclua, porque aí a gente dá andamento, está bom?

O SR. GIOVANNI DE SOUZA OLIVEIRA - Está ok.
Então, só para concluir, agradecer a todos que vieram, à Doutora Susana, que fazia junto com nós todas as reuniões da APAE.

E eu quero concluir, em seu nome, entregar o nosso abraço fraterno de toda essa APAE do Estado de Rondônia.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Muito obrigado.

O SR. GIOVANNI DE SOUZA OLIVEIRA - Muito obrigado. Para melhorar a nossa APAE de Ji-Paraná. Muito obrigado. E bom trabalho para vocês, por sua linda audiência.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigado, Giovanni. Muito obrigado, Giovanni. Muito obrigado. Antes, aqui, eu queria fazer até um comentário ao pronunciamento da representante da APAE que antecedeu o Giovanni.
E eu anotei, porque a gente andou pelo interior também, ouvindo naquelas comunidades mais carentes, na região, por exemplo, de Nova Mamoré, e tem sempre essa reclamação do porquê o básico do básico não tem, de acessibilidade, essa questão da ausência da fisioterapeuta, do fonoaudiólogo, do neurologista.
E você levantou um tema muito interessante, que foi a primeira vez que eu ouvi, mas eu sei da necessidade dele. É de preparo das famílias, das mães, para cuidar da pessoa com deficiência.
Esse é um trabalho também que precisa ser colocado. Veja bem, na especificidade, dependendo do grau da deficiência da pessoa.
Esse é um tema para ser levado para incorporar às políticas, porque não é só a pessoa... Tem gente que não sabe cuidar, não é verdade?

A SRA. VANESSA ROSA DA SILVA - Eu gostaria, Doutor Júlio, de fazer um cumprimento referente às pessoas com deficiência idosas.
Nós temos inúmeras pessoas idosas com deficiência, então seus cuidadores, ainda mais idosos, com certeza já estão. Então, nós pensamos que a pessoa com deficiência é muito fácil eu levar na minha casa, um passeio, ficar um dia. Mas imagine só uma pessoa idosa com deficiência que precisa de cuidados básicos.
E quando esse pai, esse cuidador falecer, quem é que vai cuidar dessa pessoa idosa com deficiência? E qual a estrutura que nós temos para colocar essa pessoa idosa com deficiência?
Então, nós sabemos que futuramente teremos um número absurdo de pessoas assim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, sim.
O nosso sonho é ver se chega um dia esse direito pleno estar normatizado.
Eu ouço agora a presidente da ASFEJIPA, Associação dos Surdos e Famílias de Ji-Paraná, a senhora Juliana Isabel Ribas, por favor.

A SRA. JULIANA ISABEL RIBAS – Bom dia a todas as pessoas presentes. Cumprimento a Mesa também, o público presente e a comunidade surda que está participando junto com todos os demais intérpretes.
O meu nome é Juliana, eu sou uma mulher um pouco baixa, estou com um blazer rosa, uma blusa preta e hoje eu estou aqui para falar um pouquinho das minhas vivências.
Eu, desde pequena, não tive intérprete de Libras na escola para que isso fosse possível... Na escola pública? Sim. Não tive intérprete de Libras na escola e, infelizmente, tive muitas limitações nessa questão do aprendizado, porque foi muito difícil sem o intérprete.
As pessoas que são ouvintes se desenvolvem plenamente, mas e as pessoas surdas? Eu tentava aprender de várias formas, vendo e tentando ter um tipo de ajuda, mas era difícil.
O governo não tinha intérprete, sempre tinha que ser cobrado isso e nunca teve. Enquanto as outras escolas, só a escola pública que não tinha, as escolas municipais também, escolas municipais não tinham esse tratamento, esse apoio. O apoio era zero nas escolas daqui de Rondônia. Até que o grupo de professores da SEMED também, por exemplo, agora falando de uma situação atual, atende as pessoas surdas uma vez na semana, e essa situação, ela acontece desde que eu era pequena, essa falta de acessibilidade.
Atualmente, nós estamos em 2026, e nós temos aula para as crianças surdas apenas uma vez na semana aqui no nosso município. Mas é muito importante para que eles se desenvolvem, e só uma vez na semana, é praticamente impossível que haja o aprendizado. Eu vejo as crianças surdas e eu me sinto como eu era antigamente. Eu me recordo da minha infância, agora eles estão sofrendo ainda do mesmo jeito como eu era quando pequena. Eu só não sofri mais porque a minha mãe vivia cobrando e pedindo sobre os meus direitos como pessoa surda.
Nós não temos garantido a nossa acessibilidade nos órgãos públicos, nos hospitais, nas delegacias, em vários lugares. Os surdos pedem, os surdos cobram, cobram a Câmara de Vereadores, os deputados federais, os deputados estaduais. A gente sempre tem pedido, as leis existem, mas nada tem sido feito. Eu trouxe aqui algumas anotações de pedidos nossos que nós já conversamos anteriormente. Já tem lei da Libras, a Lei nº 10.436 do ano de 2002, que é uma lei importantíssima de garantia do nosso direito, mas infelizmente aqui em Rondônia ainda tem muita dificuldade na acessibilidade. Por isso que nós surdos vivemos cobrando os nossos direitos, mas não acontece nada. Eu vivo lutando, em todas as oportunidades que tenho, eu luto, luto incessantemente, mas infelizmente não estou sendo atendida. Os vereadores, os deputados também tem a questão, o governo e o Estado também são responsáveis, não apenas os parlamentares.
Eu me sinto emocionada, eu sinto essa dor, essa é a minha dor, que eu penso que, por exemplo, a minha mãe está ali. A minha mãe me incentivou muito, ela estudou Libras, ela ajudou na criação da Associação de Surdos e Familiares, que é a nossa associação de surdos aqui de

Ji-Paraná, e fica tentando cobrar com que seja realizada a acessibilidade dentro do nosso município.
Também que seja criada a central de Libras. A associação precisa dar esse apoio para que seja criada também uma central de Libras aqui em Ji-Paraná, que ainda não tem central de Libras.
Olha, eu fico arrepiada. É o que eu queria falar para vocês, a minha fala bem resumida, e agradeço a oportunidade. Senhoras e senhores, bom dia. **(Discurso em Libras traduzido por Paula Brito Martins).**

A SRA. PATRICIA DANIELE DOS ANJOS MELO GASPARELLO - Dando sequência, convidamos a psicóloga da APAE de Ji-Paraná e a mãe de uma filha com cegueira e surdez, senhora Susana Aráoz.

A SRA. SUSANA MARIA MANA DE ARÁOZ - Bom dia, boa tarde quase a todos. Eu sou uma pessoa branca com cabelo curto, com óculos, cabelo curto já com bastantes cabelos brancos, devido à minha idade.
Eu tenho uma filha que tem surdez e cegueira, ou seja, é uma pessoa surdocega, com 51 anos neste momento. Então, a gente vive essa situação da pessoa idosa, porque praticamente, ela não tem 60 anos, mas já está indo para essa situação. Desculpe, eu não cumprimentei a Mesa, mas acredito que é o que menos importa no momento. Geralmente, eu vou direto para o "grão" e não fico com muita coisa.
Então, fora dessa situação de eu ser mãe de uma pessoa com surdocegueira, que também tem uma deficiência intelectual leve, mas isso impede que os sistemas de educação para a pessoa com surdocegueira, de comunicação para a pessoa com surdocegueira, que são extremamente complicados e difíceis, ela consiga se estabelecer de uma maneira mais evoluída. Então, ela se comunica somente de maneira normal para o dia a dia.
Mas, tocando na questão da pessoa com deficiência com mais idade, nós também temos que nos preocupar com a questão da assistência social. Nós, por exemplo, temos uma situação que temos uma situação que temos uma aposentadoria que vai poder suportá-la melhor quando ela ficar sem nós, porque nós já vamos ir daqui a pouco. Mas nós precisamos de várias instituições que cuidem das pessoas idosas.
Temos na APAE, porque aqui também vou falar do nosso trabalho na APAE, nosso trabalho na APAE tem um Centro Dia. O que é um Centro Dia? É onde as pessoas com mais idade são atendidas. E esse Centro Dia não depende da Saúde nem da Educação, ele depende da Assistência Social. Nós também precisamos de muitos projetos na assistência social, que vão dar o cuidado para essas pessoas que estão com mais idade.
E também, dentro disso, o projeto da Residência Inclusiva. Residência Inclusiva para as pessoas que ficam sem familiares, que possam acompanhá-los quando os pais e aqueles mais chegados já tiverem partido.
Todos esses projetos, a gente já faz anos que vem conversando sobre eles, trabalhando sobre eles, mas eu acredito que... inclusive, já falei com vários assessores de parlamentares, mas nunca tivemos uma resposta concreta a esse respeito.
Eu espero que, com o núcleo, a gente possa, realmente, apresentar esses projetos e obter umas respostas mais concretas. Nós também sabemos que no Estado todo, a gente tem muitas dificuldades, e essas dificuldades passam também pelo relacionamento entre os municípios e o Estado, certo? Então, eu espero que esse núcleo venha nos auxiliar em algumas coisas a esse respeito.
As pessoas com surdocegueira são pessoas que têm muitas necessidades, mas também nós temos pessoas com baixa visão. A pessoa ainda enxerga alguma coisa, mas as dificuldades são muito diferentes de um caso para o outro. Então, nós precisamos de saúde que tenham profissionais que venham se especializar mais, que estudem mais.
Eu, por minha parte, quando tivemos nossa filha com deficiência, fui estudar, eu formei psicóloga, fiz o Mestrado, fiz um Doutorado. A gente foi atrás, a gente sabe como as famílias sofrem. E na APAE nós estamos trabalhando muito com famílias.
A Luzia está aqui como representante de família. A APAE toda está com um Projeto Família Apaeana. Estou trazendo minha camiseta de Família Apaeana aqui e tentando desenvolver essas famílias, não somente no apoio emocional, mas também no apoio de conhecimento, porque elas precisam saber se conduzir e saber solicitar aquilo que eles estão precisando.
A hora está adiantada, tem muitas coisas, mas eu acredito que esse relacionamento que possamos ter dentro do município e com o Estado. Nós sabemos que o Estado de Rondônia ainda tem muitas coisas a desenvolver, porque para essa Residência Inclusiva, a gente estudou muitas coisas de outros Estados aonde isso já está sendo amplamente oferecido.
Mas em todo o Norte, nós não temos uma Residência Inclusiva ainda, e seria muito bom que Rondônia fosse o primeiro Estado a desenvolver essa prática de Centro Dia e de assistência para as pessoas com deficiência, bem melhor.
Então, fico à disposição. Eu sou uma pessoa que gosto de estudar, eu gosto de trabalhar, apesar de que minha idade já não está tão nova, mas, enquanto eu puder, estou na luta.
Muitíssimo obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu que agradeço a intervenção, Dona Susana. Está anotado aqui, Centro Dia, ideia nova. O núcleo seguramente debaterá isso e a senhora será convocada às falas. Muito obrigado à senhora.
Eu passo a palavra agora para o vereador de Ji-paraná, Senhor Licomédio Pereira.

O SR. LICOMÉDIO PEREIRA - Olá, eu sou Licomédio Pereira, tenho 1,80, estou de camisa listrada, manga longa, cabelos, para não dizer tipo Bombril, enrolado. Sou jornalista e radialista de profissão. **(fora do microfone)**
Quero cumprimentar aqui toda a Mesa.

Quero cumprimentar o Presidente da AAPCD (Associação de Assistência à Pessoa com Deficiência), meu amigo de longas datas, de batalhas, Adelino.
Cumprimentar, em nome do meu amigo Edir Simeão, toda a plateia. Desejar as boas-vindas a você que é de Ji-Paraná, a você que não é de Ji-Paraná e está aqui hoje nesse Poder Legislativo, a vocês da Assembleia Legislativa de Porto Velho. Muito obrigado.
E digo que o Presidente Alex Redano nos faz muito bem com essa audiência. Eu, que já tinha uma admiração, um apreço pelo Presidente, tanto que o nosso Vereador Márcio Freitas fala muito dele aqui nesse Poder Legislativo, aqui em Ji-Paraná. Levo o nosso abraço e o nosso agradecimento a ele.
Cumprimentar aqui, claro, não posso esquecer da nossa única vereadora aqui de Ji-Paraná, a nossa Vereadora Rosana Pereira.
Também o vereador que está ali na plateia, também Pereira, né? Licomédio Pereira, Rosana Pereira e Vereador Scopony Pereira, né?
Gente, eu quero agradecer pela oportunidade de poder usar essa fala. E a gente, ouvindo aqui, senhor, atentamente todas as falas, e falam muito em acessibilidade. Realmente, como diz ali a nossa psicóloga da APAE: Rondônia não falta muito, Rondônia falta tudo. Rondônia falta tudo para nós que temos uma comorbidade, uma deficiência, para nós que somos PCD. Falta tudo.
Eu vejo, muitas das vezes, senhores e senhoras, autoridades que usam dessa tribuna, já participei de vários eventos, secretários, autoridades de um modo geral, para falar em inclusão. Só que o deficiente não consegue entrar no gabinete dele, no recinto onde ele trabalha, porque não tem nenhuma acessibilidade.
Eu vejo, muitas das vezes, que só acessibilidade não é o nosso problema. Nós temos problemas muito mais sérios do que ainda acessibilidade. Nós temos aí um maldito preconceito, senhores, que nos assola, que a gente vive isso no dia a dia, e é todos os dias.
Agora, semana passada, só um exemplo aqui, semana passada eu entrei em uma loja para comprar um implemento para minha chácara. E, quando eu desci do meu carro, na porta, eu já vi o implemento lá depositado naquele local e eu já fui em direção àquele implemento, Doutor. O vendedor fez questão de me desviar daquele implemento e levar a um implemento que era bem mais barato e que não me serviria. E, ao questioná-lo, falei: "Cara, mas o meu é aquele". "Mas aquele é muito caro." Isso é um preconceito. A gente sente aquela pancada, aquela porrada, e você sai daquele local, não compra, não leva, devido a esse maldito desse preconceito.
A 25 anos atrás, o Adelino muito bem lembra disso, nosso presidente, que eu fui retirar o meu primeiro carro, Doutor. Eu tive que passar por três concessionárias para comprar na quarta concessionária. Não me venderam porque o questionamento: "Como que você vai pagar esse carro?"
Olhando para minha deficiência e não para minhas condições. E cheguei à quarta concessionária, que foi onde eu consegui comprar o meu primeiro veículo.
Olha, eu vejo que o poder público precisa fazer algo e nos deixa muito a desejar. E eu me incluo como vereador desse primeiro mandato. Mas a sociedade também precisa acordar e se policiar para essa situação. A inclusão não é um favor. A inclusão é um dever, de incluirmos na sociedade.
Eu vejo muitas pessoas, em tempo de campanhas eleitorais, Vereadora Rosana, Vereador Scopony, que saem carregando deficiente aí, se exibindo como se fosse uma ferramenta eleitoral para adquirir votos. Mas, quando a pessoa se elege, não busca fazer um projeto, não busca um recurso para ajudar as entidades que amparam as pessoas com deficiência.
Nós abrimos aqui, nesse meu primeiro ano de mandato, nós abrimos a AAPCD em Ji-Paraná, está aqui o nosso Presidente, e desde 1997 nós participamos dos movimentos juntos, já fomos para Minas Gerais, para São Paulo, para Guajará, o tempo todo. Então, nós sabemos o que é essa luta.
Mas eu preciso também aqui pedir a vocês que não fique só nessa audiência, que nós levemos esse debate, Doutor, adiante. Nós precisamos debater mais sobre isso, buscar mais mecanismos para melhorar as vidas dos PCDs do nosso município, do nosso Estado de Rondônia. Nós precisamos do apoio do Ministério Público. Com todo o respeito que eu tenho aos nossos promotores, nossas promotoras do nosso Ministério Público, mas eu vejo que eles ainda estão muito aquém daquilo que nós precisamos do apoio deles, porque eles andam nas ruas da nossa cidade, eles vão às lojas, eles vão ao nosso comércio, eles vão aos órgãos públicos e sabem como que está.
Da mesma forma, meu amigo, a Defensoria Pública também precisamos de mais apoio de vocês.
A gente precisa debater junto mais com as entidades organizadas, aqui com os conselhos... Nós temos aqui a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), nós temos a ACIJIP (Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná), que, sinceramente, com todo o respeito que eu tenho pela CDL e pela ACIJIP, com todo o respeito que eu tenho por eles, eu não tenho visto eles se movimentarem em prol da nossa classe aqui em Ji-Paraná. Não tenho visto. Até porque, agora, há poucos dias, ao abrir a nossa associação, o Ademir sabe disso, nós conseguimos abrir através de binguinhos. Muitas dessas entidades organizadas que nós batemos na porta pedimos "olha, doa pelo menos aí um ventilador.", "Não, nós não podemos a situação financeira está difícil.". Então, as portas se fecham quando é para gente.
Eu estou no mandato como vereador eu separo muito bem. Quando eu vou buscar recursos para agricultura como que é fácil. Se eu for buscar recurso para saúde como que é fácil. Eu consigo milhões, mas se eu pedir R$ 150 mil para comprar adquirir cadeiras de rodas e muletas eu sei da dificuldade. Eu sei da dificuldade. E você que é Presidente, você sabe também da dificuldade. Então, nós precisamos nos unir mais, debater mais levar isso adiante porque cada dia que passa está ficando mais difícil pela nossa sobrevivência nesse

Estado de Rondônia.
Então, eu quero aqui pedir encarecidamente que nos ajude. Nós temos aqui uma APAE, uma entidade tão importante. O senhor acha que é necessário a APAE hoje, pelo trabalho que faz com as pessoas deficientes ficar fazendo jantarzinhos, fazendo binguinhos, ficar fazendo pix solidários campanhas, pessoas já de idade trabalhando?
O Poder público não poderia ajudar? Sociedade organizada não poderia ajudar? Mas não ajudam. Mas se falar assim "vai ter uma festa de rodeio", chove de patrocinadores. "Ah, vai ter um baile aqui...", chove de... "Ah, vai ter um show", sobra, sobra, a briga é grande para patrocinar. Mas para ajudar a nossa classe a gente tem encontrado muitas barreiras e muitas dificuldades.
Então, peço a vocês que nos ajudem, nós estamos pedindo socorro, nós deficientes estamos pedindo socorro. E, nós deficientes também precisamos nos organizar, nós precisamos também ser mais unidos. Eu vejo que aqui em Ji-Paraná por exemplo, nós temos a AAPCD, de repente surge outra associaçãozinha, surge uma ONGzinha, surge outro negocinho aqui parece, pô, está parecendo botequim de bairro.
Vamos nos unir em uma só associação, em um só pensamento, em um só objetivo para nos defendermos, porque senão, se não começar de nós, vai começar de quem? Então precisamos dessa união, precisamos dessa força.
Meus amigos, levem o nosso abraço em nome do povo ji-paranaense ao nosso Deputado Alex Redano e diz a ele que nós estamos esperançosos que esse debate não vai parar por aqui, que vai dar continuidade. Beleza?
Obrigado, gente. Eu peço desculpa que eu tenho que me retirar por um compromisso, mas fica aqui a minha disposição aqui no meu gabinete, meu mandato, para que possamos trabalhar juntos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Obrigado, vereador. Anotei depoimento incisivo de quem sente na pele isso aí. Eu também sou pessoa com deficiência e eventos como o que ele já enfrentou, eu já enfrentei outras vezes. Mas na condição de advogado, não me calei. Eu já enfrentei no shopping lá deixar de ser atendido e eu dizer "Vou ligar agora para o 190 nós vamos todos para delegacia, você vai em flagrante negar acessibilidade. Nós vamos, você vai ser processado a pena é de três a cinco anos." Mas aí por intervenção, não deveria ter, mas quis o bom senso que eu não tocasse à frente. Mas tem essa questão mesmo.
Esse núcleo, Vereador Licomédio, ele surge de forma para ser uma estrutura permanente, Deputado Redano disse: "Leve o tempo que for". Nós já temos um ano temos estudo é um processo sólido vai ter uma lei mudando a estrutura da Assembleia Legislativa e esse núcleo vai estar lá. E, você seguramente com todas as pessoas com deficiência vai ter um canto para dizer e levantar sua voz, "Olha, cadê as emendas da coisa?" Para o rodeio é tão fácil.
Eu também vejo essa questão do APAE e o valor que pagam, pelo amor de Deus, é um grito constante que chega lá. Por que o valor da hora do professor da APAE.

O SR. LICOMÉDIO PEREIRA - Me desculpa, doutor, mas vamos colocar nós no canto, vamos colocar no meio lá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim. Sim, no meio.

O SR. LICOMÉDIO PEREIRA – Então, beleza.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, um canto eu digo assim. É porque o núcleo já é, o núcleo de forma geral estou dizendo que a gente criou a parte das câmeras para discutir cada problema desse. Quando ele chegar o núcleo vai avaliar, vai sentar e a gente não vai sair dele sem uma resposta. Ok? Muito obrigado pela intervenção.
Pessoal, é normal que a Mesa, que o ambiente vá se esvaziando dado o avantajado da hora, mas nós viemos aqui para ouvir e fiquem à vontade, isso aqui é um evento de continuidade. A gente até o chamamos pelo pseudônimo de "Escutas que Incluem".
Agora eu ouço o Vice-Presidente da AAPCD, Associação de Apoio ao Deficiente de Ji-Paraná, o senhor Alan Vinícius Gomes. Com a palavra. Pode falar daí.

O SR. ALAN VINICIUS GOMES - Bom dia a todos, meu nome é Alan Vinícius, eu tenho 1,54 de altura, estou vestindo de preto, estou ao seu lado esquerdo, cabelos curtos, uso óculos e sou cadeirante.
Mais uma vez, bom dia a todos. Sou grato a Deus por essa oportunidade, depois pela Leide, pelo convite, Leide, de nos convidar, de lembrar da gente para estar nesta ocasião.
Ao excelentíssimo representante do Deputado Alex Redano. Gratidão por trazer esse projeto à nossa Ji-Paraná.
Primeiramente, eu coloco como questionamento o seguinte: esse núcleo, pelo que o senhor disse, de fato, será uma porta aberta às necessidades das nossas instituições?
A questão da estatística, pelo que o senhor esteve relatando no início do pronunciamento, será que é mesmo uma das dificuldades?
Porque, assim, eu já participei de duas conferências municipais, já fui delegado em uma conferência estadual, e a questão de estatísticas — não é, Luzia, a Tâmile que esteve acompanhando comigo em Porto Velho —, é algo que é colocado muito minucioso, de cada cidade, de cada município, a necessidade, tendo a quantidade. Então, assim, fica o meu questionamento.
Essa questão da estatística, da quantidade, de fato, de cada PCD, de cada tipo de deficiência é algo que acaba dificultando o andamento e o avanço da destinação de investimentos às nossas instituições, a qual nós necessitamos e clamamos ajuda.
Eu achei muito interessante o exemplo que você deu com o pires. Eu creio que nós como representantes, como lutadores das instituições, por essa causa da in-

clusão, essa causa da necessidade especial, nós ficamos como com um pires, não é? A gente fica segurando um pires como se tivesse, tipo, segurando por tão pouco.
A gente segura, a gente coloca todas as nossas forças, nossas energias por tão pouco que ainda o Estado consegue nos fornecer. Como alguma já relatou, o que é feito, o que é colocado ainda é muito pouco. A demanda é muito grande, a gente não consegue, de fato, servir tudo aquilo que é pedido.
Então, se há uma trava nessa questão da dificuldade de estatística, de quantidade, estamos nós à disposição, porque nós — não é, Luzia? —, estamos diretamente ligados, rotineiramente, diariamente com essa quantidade de pessoas.
E, um adendo para já encerrar a minha fala. Um adendo que eu dou é a questão educacional, pois depois das mães, eu creio que as educadoras institucionais são as que têm sido o esteio para essas crianças, para essas pessoas portadoras de alguma necessidade, seja neurodivergente, autismo. Como sempre é colocado pela mídia, colocado pelos nossos interesses. Então, eu vejo que a parte da educação é que tem "segurado a peteca", como poderia dizer.
Esses dias, eu dou um exemplo de duas amigas minhas que têm relatado, como aquela mãe ali, que é educadora e também ela é mãe atípica, ela várias vezes já chegou em mim e falou: "Alan, eu vou ter que pedir um afastamento, porque eu não estou conseguindo cuidar de mim, eu não estou conseguindo olhar para mim."
Então, a gente fica sabe sem saber o que fazer. E eu vejo, assim, senhores e senhoras, se a gente não tomar um posicionamento, de fato, está alarmante a questão da educação de pessoas com deficiência, de pessoas especiais, seja neurodivergente, seja autista. Porque colocam, fazem a matrícula, como foi dito no início, e jogam a criança lá e os educadores têm que fazer tudo, tem que fazer o papel do auxiliar, tem que fazer o papel daqueles que teriam que ser colocado ali para ajudar o educador.
Então, o educador está ali dando aula, fazendo o seu papel a todas as crianças normais, a todas as crianças de necessidades, sem ser PCD. E ainda tem que atender aos PCDs, tem que atender ao autista e quando chega ao fim do dia ela está esgotada. Ela não está conseguindo mais ter a produtividade que seria, de fato, necessária para que essa criança tenha a educação de qualidade e a educação gente que as nossas crianças merecem — não é, Leide? — que as nossas crianças merecem. As nossas crianças e pessoas com deficiência, porque tem também aqueles que são adultos, como na APAE que não são crianças mais, já são adultos.
Então, para encerrar eu digo o seguinte, que eu observei que tem sido dito desde o início. Sou grato porque eu vejo que por chegar no governo, na parte já estadual, está chegando o nosso grito, não é, Adelino? — que a gente tem feito Luzia, Elton que são parceiros aqui do dia-a-dia. Eu e o Elton levamos a inclusão aqui na nossa cidade. A gente tem levado, de fato, a nossa cara à tapa, como? Temos participado das corridas. Muitos têm nos conhecido através do quê? Das corridas de rua. Então, o nosso fato não é competir, mas estar ali o quê? Falando: "Ei, a gente pode também. A gente tem direito ao esporte também. A gente tem direito a estar na convivência com a sociedade."
Então, a gente fica grato porque o nosso grito tem alcançado, Excelentíssimo. Ficamos gratos por escolher a nossa cidade para trazer o projeto. E uma frase que a gente trouxe para nossa associação, para a AAPCD, que é a Associação de Deficientes de Ji-Paraná: "Nada sobre nós, sem nós".
Obrigado pela participação. Deus abençoe a todos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradeço o pronunciamento. Olha, cada vez que a gente faz uma reunião em um local distinto, é sempre um aprendizado e uma contribuição maior ainda. Muito bem observado, eu gostei das observações.
Você questionou acerca do núcleo. Ele está surgindo no âmbito do Governo Estadual, através da Assembleia Legislativa, mas ele busca alcançar as particularidades de cada município.
Eu vejo que o movimento aqui em busca das políticas, que eu sei que não tem nada, é como o vereador disse aqui, não tem nada. Se você for buscar... Ah, tem alguma coisa, uma rampinha, uma coisa ou outra, mas essa do pires não é só aqui, é na capital, é no Estado inteiro que a gente vê.
Eu vejo todo dia, eu sou servidor público há 41 anos. E eu estou na Assembleia, quando o Deputado Alex Redano foi para lá, desde 2015. E a gente vê o pedido, eu sou controlador de carreira, vi muitos processos. Morei em Ariquemes por um bom tempo e vi o trabalho da APAE, a Hilda Salgado, que é uma pioneira da APAE, vocês a conhecem. Mas é só na coisa do pedir, você não tem ali uma...
Então, esse núcleo vem para estar... Ele vai resolver todos os problemas? Evidentemente que não. Nós vamos esbarrar aí em questões de ordem orçamentária, de vontade política, de vaidades.
Uma coisa que pega muito... Umas escutas que nós usamos recentemente, assim, dos pronunciamentos, você viu uma realidade: vaidades. Um núcleo político de cá querendo de um jeito, um núcleo do outro querendo... E aqui não tem, tem que convergir no mesmo sentido, porque isso não interessa para a gente, ok?
Você disse a questão a respeito do Censo. Eu acho que o Censo próprio, evidentemente que nós temos o Censo de saúde das pessoas que passam, porque a saúde faz um Censo dela, mas o censo da saúde eu o vejo mais quando aquela pessoa tem uma incidência ou uma coisa, não é tão preciso. O da educação, dos alunos ali matriculados.
A ação social, vamos falar a verdade também, assim como os investimentos na pessoa com deficiência, da ordem, eu estou dizendo assim, de políticas de... Não é de dar migalha, de dar convênio. Da ação social também, os orçamentos são bem restritos em todos os municípios, ainda mais nos municípios de pequeno porte.

Eu acredito que Ji-Paraná tem uma configuração diferente, que é um município promissor, pujante, como Ariquemes. Eles têm uma diferenciação, mas nos lugares mais longínquos a gente não tem dado nenhum. Nós não temos dado nenhum.
E esse Censo é, sim, muito importante para você saber, agora há pouco nós ouvimos aqui da tribuna, porque a gente precisa ter uma dosimetria de qual grau, por exemplo, da pessoa cega, da pessoa com deficiência. Eu ouvi agora há pouco que uma emenda para cadeiras de rodas, a pessoa tem dificuldade. Cadeira de rodas, gente, isso aí é o básico do básico do básico.
Então, é por isso que nós acreditamos que esse Censo é um passo principal, saber onde está cada um de nós e qual é a nossa condição, você entendeu? A minha, social, e a vulnerabilidade de cada um, ok?
Agradeço o pronunciamento, seu nome está anotado, seu número está anotado e você voltará a ser contatado. Daniel Felipe, por favor, Daniel.

O SR. DANIEL FELIPE DE ARRUD PEREIRA – Bom dia a todos também.
Meu nome é Daniel Felipe, tenho distrofia muscular de Duchenne e atualmente sou Presidente da Associação Ji-Paraná Inclusiva.
Infelizmente, na nossa cidade falta muita acessibilidade, inclusive para pessoas cegas, surdas. Já fiz várias fiscalizações em ambientes particulares, como cinema, o shopping, mercado. Nenhum tem Braile ou piso tátil para as pessoas com deficiência visual. Infelizmente, dificultando a vida de quem tem deficiência visual.
E as pessoas surdas, infelizmente, nenhum lugar tem audiodescrição. Shopping, mercado, cinema, audiodescrição para as pessoas poderem assistir a um filme no cinema, não conseguem assistir. Uma pessoa que tem deficiência visual ou surda.
E o pior é para as pessoas com deficiência também, um cadeirante igual no meu caso. Muitas portas nem passam uma cadeira de roda, igual nas portas, em vários banheiros. E, muitos órgãos públicos, inclusive, quando eu comecei a querer fazer parte, debater esse assunto, o próprio Conselho da Pessoa com Deficiência eu fui, na porta não passa cadeira de rodas.
Então, infelizmente está uma situação muito precária para as pessoas com deficiência no nosso município. E eu vivo isso desde criança. Quando era criança mesmo tinha que ir na Defensoria para conseguir o transporte para ir para escola, senão nem estudar teria estudado, infelizmente. Judicializar até essa parte para conseguir estudar, que não tinha transporte adequado. E até hoje não tem o transporte adequado.
Semana passada eu fiz uma denúncia no Ministério Público sobre o transporte da cidade. Se eu quiser usar um Uber para ir para algum lugar. Hoje para vir aqui, eu tive que arrumar alguém para me trazer. Não tem como pegar um Uber e vir até aqui no caso, não existe Uber adaptado na cidade para uma pessoa cadeirante. E, nem o transporte público, que seriam os circulares. Não tem também nenhum.
Então, a situação é muito precária para a gente. Até o mínimo que seria ter um ônibus adaptado, um Uber, não tem na cidade. Eu não consigo falar muito direito, eu uso traqueostomia. Não consigo falar muito direito, mas espero que todos tenham entendido.
Era só o que queria dizer hoje, muito obrigado pela oportunidade a todos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) - Daniel, nós é que agradecemos. Esse é o relato de quem sente na pele isso aqui. Eu sei que seu caso parece estar ajuizado, mas veja, o serviço de Uber é uma concessão pública. Esse serviço não pode negar acessibilidade.
Então, alguma coisa do ponto de vista jurídico de atuação. E, nós precisamos da sociedade em si, um trabalho muito pedagógico. Só que eu tenho 63 anos. Alguma coisa a gente evoluiu? A gente evoluiu, mas muito pouco. Pelo menos as nomenclaturas mudaram, não é? No meu tempo, lá no interior de Goiás, era chamado aleijadinho do Jimiro, agora eu sou um PCD. Mudou o nome. Mas a gente ri, mas é digno de choro e passa ano, passa ano, aí você vê cada instrumento.
O Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma norma perfeita, ela só precisa chegar lá. E, nós que estamos inseridos no Poder Público com algum poder de mobilização, de movimentação da máquina, é que não podemos fazer isso. Deixar um tanto de vaidades de lado, não tem jeito, é como o vereador acabou de dizer aqui.
Eu me lembro que uma vez a gente se deslocou à Brasília, tinha um deputado federal, acho que ele era engenheiro e ele era cego. E nós fomos atrás de uma audiência ver quais programas. Os projetos dele, todos voltados à questão de obra. Ele era engenheiro de obras, edificações. Não tinha um programa que fosse nem para o lugar dele lá do Espírito Santo, eu me lembro, não sei precisar o nome agora. Aí eu fiquei... Ah, então não adianta, né? Mas a gente não vai parar.
Obrigado, Daniel. Está anotado aqui e você vai ter sempre espaço para falar das nossas dores e a gente vai buscar uma solução. Eu ouço a Presidente da AMAJI, Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Ji-Paraná, Gabriela Cristina.

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO - Bom dia a todos, eu me chamo Gabriela. Tenho 1,67, morena, origem oriental, estou vestindo uma camisa azul com um bordado do lado esquerdo da nossa associação.
Quero aqui cumprimentar toda a Mesa e também toda a plateia que aqui está até este momento. Eu vou tentar ser breve e antes de começar, eu quero aqui externar a minha tristeza. Não menosprezando a Mesa de maneira nenhuma e quem está conduzindo, mas eu acho de extrema relevância os nossos políticos, os nossos representantes, que de maneira é que nós elegemos, que de fato tem a caneta na mão para que possa realmente fazer alguma coisa por tudo isso que está sendo falado aqui, por mais que será levado e tudo mais, mas eles nunca nos ouvem.
Gente, eu não sei de quantas vezes eu já participei de

reuniões, de tribuna. Estive semana passada em um fórum que foi feito sobre saúde mental. Nesse fórum que foi realizado semana passada, quinta-feira, não tinha um representante dessa Casa, não tinha um representante da prefeitura, não tinha um representante sequer de nada, nem da Assembleia Legislativa, nem do governo.
E gente, foram faladas tantas coisas ali, relatadas, assim como está acontecendo agora. Cadê os nossos representantes que nós votamos? Onde eles estão? Aqui tivemos alguns vereadores. Eu sei que todo mundo tem compromisso, inclusive eu pedi até para agilizar porque eu estou em um compromisso com o meu trabalho daqui a pouco. Saíram todos.
E os que vieram ainda, glória a Deus por isso, foram poucos. Nós temos 17 vereadores aqui? São 17 vereadores, eu contei tinha cinco, seis que apareceram aqui. Cadê o restante? Nós somos prioridade, gente. Isso aqui, essa audiência tem que ser prioridade na vida dos nossos governantes, dos nossos vereadores, do nosso prefeito, do nosso governador, da nossa Assembleia Legislativa, porque não tem nenhum deputado aqui.
Foram neles que nós votamos e são, de fato, eles que irão fazer alguma coisa por nós, por tudo isso que nós estamos falando aqui. Vocês estão vendo que tudo que está relatado aqui sempre vem a mesma fala: o que está faltando? O que deveria fazer? O que está faltando? O que deveria fazer?
Eu estou à frente da associação há quase dois anos. Eu falo isso todas as vezes, é praticamente a mesma coisa, eu estou repetindo. Eu sou mãe atípica, eu tenho uma filha autista, que eu sei que ela é autista tem três anos e há três anos eu venho repetindo a mesma coisa e há dois anos na frente da associação e nada tem sido feito. Muda governo, entra governo como outras mães aqui já falaram, que já são mais antigas de mãe atípica, tem vida típica antes de mim, vem falando a mesma coisa, gente. Infelizmente, nós não estamos vendo acontecer.
Eu falo, eu tenho pontuado a respeito do CER (Centro Especializado em Reabilitação), que colocaram os autistas no CER. O CER não é lugar de autista. Falo mais uma vez, doa a quem doer, não quero menosprezar o CER de maneira nenhuma. "Mas, por que você fala que o CER não é lugar de autista, Gabriela?" Porque o CER é um centro de recuperação. Autista não é recuperado. Primeira coisa. Fora o tanto de coisas que acontecem ali, que é uma sessão de 30 minutos, tem 20 sessões. Quando chega a sua vez, são 20 sessões, vai para o final da fila, um ano, dois anos sabe Deus quando chegará a sua vez de novo, tem mais dez sessões. Ganha as dez sessões e vai para o final da fila de novo.
Quando é que o autista vai, realmente, usufruir de algo que está sendo feito ali? Nunca, desse jeito. A minha filha, como eu pontuei, três anos diagnosticada, três anos fazendo terapia. Hoje eu estou vendo reflexos da terapia de três anos.
E como uma criança, um adolescente, uma criança de 7 anos vai ver resultado, a família vai ver resultado tratando no CER dessa maneira? Nunca! Só estão enxugando o molhado, só pingando. Então gente, tem muita coisa...
Que maravilha ser esse núcleo, Deus abençoe que, realmente, se torne realidade, para que possamos ter voz e não só ter voz, mas também que, realmente, isso se torne realidade e venha se fazer cumprir. Muito bonito o projeto como "Ns" projetos, não é? Mas, infelizmente, muitas vezes a gente vê, fala, fala e os que eu falei lá atrás, que tem a caneta na mão, não nos ouve, não fazem nada por nós.
Então, a gente muitas vezes, famílias atípicas em modo geral, não só autista. Se fala muito... hoje já ouvimos dizer bem assim a frase: "Ah, hoje só fala de autismo, só fala de autismo".

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Virou modinha.

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO - Virou modinha, o autismo.
Mas me diz, o que está sendo feito pelo autista? Nada, gente. Não está sendo feito nada. A única coisa que eu vejo acontecer é época de campanha, vão lá e escracham a nossa bandeira e na hora que ganham não fazem simplesmente nada. Infelizmente, é o que a gente vê.
E não é só autismo. Eu vejo a associação AMAJI abraça muito a questão do Down. Gente, esqueceram o Down! Esqueceram a comunidade Down. Ninguém fala mais em Down. Esqueceu! É uma comunidade que, simplesmente, parece que não nasce mais criança Down. Não é verdade? Não se nasce mais em criança Down, ninguém fala mais em Down, é só autismo. Por que, gente? Porque virou modinha.
É o que eu tenho pontuado a respeito até mesmo do próprio diagnóstico. Eu tenho falado, quando eu tenho uma abertura com algum médico profissional. Gente, só dê um laudo se você, realmente, de fato, tenha convicção que aquela criança é, realmente, autista. Porque, realmente, está virando modinha. Realmente, está virando modinha. Mas, modinha para que políticos usem a nossa bandeira e não façam nada por nós. Não faça nada por nós.
E falando de associação, como vereador falou ali, que a gente fica com pires na mão. Eu não vejo vereadores aqui, é um ou outro que nos apoia como associação. Nós temos uma associação, AMAJI, que existe há 14 anos, o senhor já ouviu falar dela?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não.

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO - Nunca ouviu falar dela. São 14 anos, agora em dezembro, faz 14 anos da Associação AMAJI. Nós hoje temos um escritório de duas salinhas que está sendo pago pela diretoria, porque nós não temos um real do governo. Nada, nada. E já batemos em "Ns" portas. "Não! Não!"
Eu tenho uma conclusão. Quando você quer, realmente, trabalhar sem dever favor, sem fazer "rachadinha", as coisas não acontecem, minha gente. As coisas não acontecem para quem realmente quer trabalhar de verdade.

Para quem, realmente, não quer usar daquilo ali para si próprio...
"Ah, a Gabriela da AMAJI, não, ela vai ser vereadora, ela vai ser deputada." Gente, eu não quero nada para mim. Eu não quero nada para mim. Eu estou aqui pensando no futuro da minha filha, que, mesmo no privado, eu não sei o que vai acontecer quando ela tiver 12, 13 anos, que não tem atendimento, as clínicas não estão preparadas. Mesmo no privado, imagine no SUS, a gente já sabe a calamidade. E tantas outras crianças que não conhecem nada.
Hoje eu estava lá no agendamento da tal da fila da matrícula do município, e uma mãe falando que uma criança de 2 anos e 4 meses está com atraso de fala. Fala apenas palavras, sílabas, com 2 anos e 4 meses. E a pediatra falou assim: "Leva para a escola". Falei assim: "Não faça isso, minha filha. Vá atrás de um fono para ontem! Para ontem!". E uma pediatra falando: "Leva para a escola".
Eu já ouvi isso, gente. Eu já ouvi isso. E essa cena a gente ouve, essa frase a gente ouve há muitos anos. Há muitos anos. Eu ouvi isso da minha filha também, e hoje ela é diagnosticada autista.
Então, hoje, até os nossos profissionais de saúde não estão sendo capacitados, porque veem uma criança de 2 anos e 4 meses falando "mã", "pá", não fala uma frase sequer. Vai mandar para a escola? Acha que a escola vai resolver? Joga lá na educação. "Você que lute, professora!" Você que lute para educar, para ensinar a criança a ler e escrever, sendo que a criança sequer fala. Certo?
Então, outra coisa que eu quero pontuar aqui. O senhor fala das leis. Nós falamos muito sobre leis aqui. Essa aqui é a lei que eu fiz questão até de imprimir. É a Lei Berenice Piana, de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
E nessa lei, gente, se ela se cumprisse, a gente já estava feliz. Eu tenho pontuado muito que nós não precisamos de novas leis. Nós não precisamos que leis sejam feitas. Nós precisamos que leis que existem sejam, de fato, concretizadas. Que nós possamos sentir isso aqui na ponta, no nosso dia a dia.
A respeito de acessibilidade, existe na lei. É cumprida? Não. Então, para que fazer mais lei se não vai ser cumprida?
"Ah, eu fiz a lei não sei o quê." "Ah, eu fiz isso, eu fiz aquilo." Mas não está sendo cumprido, gente. Não adianta nada.
E olha aqui a lei:
"Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;"
Isso não existe no nosso município, acho que nem no Estado. E olha lá no Brasil. Lei, gente! Olha aqui: "o diagnóstico precoce, ainda que não definido". Isso é lei, tá?
"b) o atendimento multiprofissional;"
Onde está isso também?
"c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;"
Onde está a terapia nutricional? No nosso município, eu acho que sequer o autista... Vamos dizer o autista, gente, que é a minha causa, tá? Vamos dizer o autista. O autista, eu acho que é uma das pessoas que mais sofre com seletividade alimentar, apesar de que não precisa ser autista para ter seletividade alimentar. Mas o autista em si tem mais problemas com a questão da seletividade alimentar. E eu falo porque eu tenho uma vivência dentro de casa, minha filha é bem seletiva.
No SUS, eu tenho certeza de que não é sequer atendido por um nutricionista, para saber como é que está a situação nutricional dessa criança, desse jovem ou desse adolescente ou desse adulto. Não é visto, isso aqui não existe, de fato. Eu falo pela minha filha, que tem plano de saúde. Eu estou com um processo na Justiça para ela ter atendimento de terapia nutricional. Pergunta se foi concedido?
"d) os medicamentos;"
Os autistas estão tendo medicamento, gente? Pois é, né?
"e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
IV - o acesso:
a) à educação e ao ensino profissionalizante;
b) à moradia, inclusive à residência protegida;
c) ao mercado de trabalho;
d) à previdência social e à assistência social."
Então, gente, se isso aqui fosse cumprido, a gente já estaria bem feliz? A gente estaria bem feliz se a lei fosse cumprida. E era o que eu gostaria: que os nossos governantes, aqueles que nós elegemos para, de fato, nos representar, cumprissem, fizessem cumprir as leis que aqui já foram feitas, já foram sancionadas. Já foram sancionadas. Então, precisa valer isso aqui.
Vou colocar só uns pontos aqui que eu também coloquei, que não podemos esquecer. Isso nós não queremos, gente. Isso não é favor, você querer que a lei seja cumprida, não na vida dos nossos filhos, mas na nossa também. Parece que a gente vive pedindo favor. A gente vive pedindo favor, e não é favor, é um direito previsto em lei. Previsto em lei.
Então, a saúde. o centro de referência que eu gostaria muito que acontecesse da pessoa com deficiência, o TEA em Ji-Paraná e polos regionais, com neuropediatra, fonoaudiólogo, terapia ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionistas etc., todos aqueles para tratamento multidisciplinar que nós precisamos.
Criação de uma fila única, transparente com prazo máximo de atendimento e fiscalização dos planos de saúde também. Eu falo aqui também como usuária do plano de saúde, gente. O nosso poder público não está fiscalizando não só o plano de saúde como redes privadas. O que está acontecendo com os nossos governantes? O

que está acontecendo? Igual como o Licomédio também pontuou, estão preocupados em fazer festa, shows e tudo mais, mas o que nós precisamos de fato não está sendo feito, não está sendo feito. Ah, não tem dinheiro? Tem não, né?
Educação. Educação inclusiva, garantia de profissional apoio mediador - que eu já pontuei a respeito disso. Muitas vezes nós precisamos sim de cuidador, mas a maioria das nossas crianças neurodivergentes, nas nossas escolas municipais e estaduais, precisam de mediador. Precisam de um mediador e nós não temos um mediador no nosso município, não temos.
No Estado eu soube que nós temos alguns casos, é isso? No Estado, mas entrando pela Justiça. Gente, tem outra coisa que a família atípica, eu acho que não só a família atípica, mas eu acho que a família típica em si, ela já sofre com mais coisas. Então a gente é cansado de ter que judicializar, eu não sei vocês, mas eu estou. Eu estou cansada de brigar, judicializar. Eu tenho que brigar, eu tenho que impor os meus direitos, os meus direitos, os direitos da minha filha que já são constituídos.
A gente tem que parar com isso. A gente tem que levar para as nossas autoridades, principalmente, que nós não queremos mais isso. Aí chamam as mães atípicas - esse termo vocês já devem ter ouvido, né? - que nós somos barraqueiras, que nós somos caçadoras de confusão. Esse é o nosso apelido: as mães barraqueiras. Esse é o nosso apelido.
Não é isso. É porque, eu sempre falo, nós somos iguais a um copo de água prestes a transbordar, ele está pingando. É uma falta de acessibilidade, é uma terapia negada... Ah, não tem... É uma fila no CER que você está esperando... E está pingando lá, está pingando. Então quando aquilo ali pensar que não, aquilo ali derrama, transborda. O que a gente faz? Nós mulheres principalmente explodimos, gente. Não é porque nós somos nervosas, nós somos barraqueiras. É porque nós estamos cansadas de lutar pelos nossos direitos. Estamos cansadas.
Eu estou há três anos, gente. Eu fico imaginando a dona - esqueci o nome dela aqui - a dona Susana, 51 anos a filha dela, meu Deus, que mulher. Gente, já passou um filme na minha cabeça, falei: "Meu Deus, a minha filha está com 8 anos, eu vou ter que então mais 43 anos lutar por ela, gritar por ela, ser chamada de barraqueira por ela?" Quantos anos nós vamos precisar passar por isso? Quantos anos nós vamos precisar ainda passar por isso? Eu espero que não sejam muitos porque eu não sei se eu tenho psicológico para isso.
No município. Então, ela disse que algumas mães conseguiram. Eu vou até levar isso para as mães que estão precisando de mediador e para a Defensoria Pública. Vocês estão vendo? Oito meses a mãe lutando pelo mediador na Justiça e agora conseguiu. Acabando o ano, não vai conseguir o mediador. E aí? O que aconteceu com a criança? Perdeu o ano letivo, gente. Vai para o Estado e não vai ter o mediador. É isso que nós vivemos na pele.
Acessibilidade e transporte. Isso já foi falado. Eu vou inclusive entregar aqui para o senhor levar. Transporte público adaptado e transporte especializado para terapias e escola; fiscalização de calçadas, rampas e banheiros acessíveis em prédio público. Garantia da carteira de identificação da pessoa com deficiência com valor estadual. Até isso aqui a gente tem que brigar, gente, porque até a carteirinha é difícil.
A respeito, falando aqui da calçada, eu imagino um cadeirante, um "Elton da vida", na Avenida Brasil. Não dá, né? Eu acho que teria que pegar o abençoado político que fez aquela calçada lá, colocar ele na cadeira de rodas e sair para ele subir aquela Avenida Brasil.
Trabalho e inclusão social. Programa de capacitação e primeiro emprego para jovens com deficiência; cumprimento de cotas em concursos e contratos públicos; apoio a projetos de inclusão social e autonomia após os 18 anos.
Os nossos neurodivergentes adultos estão em casa, sem terapia, sem trabalho, sem muitas vezes até conseguir trabalhar, porque eles não tiveram terapia, como é que eles vão trabalhar? Muitas vezes ele não é sequer adaptado para ir para um trabalho.
Isenção de IPVA para pessoa com deficiência. Isso aqui eu já pontuei muitas vezes também, até com parlamentares. A isenção de IPVA para PCD é um direito previsto em lei. Mas em Rondônia, na prática, a família só consegue após entrar na Justiça.
Solicitamos a simplificação do processo da Sefin; aceitação de laudos permanentes sem perícia anual para deficientes permanentes, prazo máximo de resposta lá é 30 dias.
A isenção para veículo em nome do responsável legal da criança com deficiência e atendimento prioritário e gratuito pela Defensoria Pública.
Isso aqui gente, nós temos. Quem aqui, de vocês têm IPVA isento? Tem? Para conseguir a gente tem que entrar na Justiça. No meu caso mesmo, que eu tenho uma filha menor, para eu adquirir isso aqui, eu tenho que entrar na Justiça para conseguir o IPVA, que já é garantido por lei. Por que que eu tenho que entrar na Justiça? Porque o juiz lá tem que determinar que o carro, para colocar o carro no nome da criança, sendo que eu sou responsável legal por ela. Por que é que eu tenho que colocar o carro no nome da criança? Sendo que a criança não dirige, mas eu preciso do carro para levar ela para todas as terapias.
Então, eu tenho que montar um processo, eu tenho que pagar um advogado, montar um processo para pedir para o juiz me conceder o benefício. E, outra coisa, quando eu vou... A gente teve um caso recentemente de uma mãe que quando ela foi vender o carro, ela não poderia simplesmente ir lá tirar o carro do nome da criança. Ela tinha que pagar um advogado de novo, mais R$ 3 mil, para tirar o carro do nome dela para poder vender o carro. Vocês pensam. Sendo que é um direito. Veja se isso não causa indignação, gente. É um direito constituído por lei. Por que eu tenho que brigar, por que eu tenho que ir para a Justiça para conseguir o direito?
Fortalecimento das associações de famílias atípicas. As

associações são quem acolhe, orienta, fiscaliza e faz o trabalho que o Poder Público não consegue alcançar sozinho. Sem fortalecimento não há políticas públicas que chegue à ponta.
Solicitamos a celebração de um termo de fomento e repasse contínuo para associações como a Amaji, como os PCDs, para manutenção da sede, projetos, acolhimento e capacitação.
Cessão de espaço público para sede das associações. Inclusão das associações nos Conselhos Estaduais de Pessoa com Deficiência, com voz e voto. Apoio técnico e capacitação para gestão e prestação de contas e elaboração de projetos.
Diante disso, gente, eu quero agradecer pela oportunidade. Eu falei no início que eu estou cansada de falar e não se fazer cumprir. Não é o que eu falo, é o que todos falam. Aqui nós repetimos, ouvimos repetições de várias maneiras, uma ou outra, que o setor público, de fato, não está acontecendo. Nós que estamos aqui na ponta, nós não estamos colhendo, o que nós estamos falando.
Então, muitas vezes nós temos sim pessoas que falam mandam, levam para o Poder Público fazer, mas nós não estamos vendo eles agirem e nós precisamos que isso, de fato, aconteça. É muito importante, eu acho muito legal ouvir tudo isso, porque às vezes a gente está no nosso mundinho a gente fala assim: "Nossa, eu estou lascada." E quando a gente ouve um outro a gente percebe assim: "Eu sou um nada. O meu problema é um nada perto de tantas outras pessoas".
Então, como seria importante se todos os nossos vereadores estivessem aqui, nosso prefeito, nossos deputados estivessem aqui nos ouvindo, de fato, o que, realmente, está acontecendo na ponta e que eles não estão enxergando. Eles, infelizmente, só vão enxergar quando chegam à campanha. Infelizmente. E, o que nós temos que fazer como pessoas que temos voto é quando eles virem nos procurar para pedir voto, você virar para ele e falar assim: "O que você fez por nós? O que você está fazendo por nós? Qual é o seu projeto de trabalho?" Tem uns que sequer mostram o projeto de trabalho, o que vai fazer.
Então, nós devemos cobrar. Inclusive hoje, aqui, que eu vi que não tinha um vereador aqui, eu mandei mensagem para alguns. Eu mandei mensagem para alguns. Inclusive mandei para um assessor de um deputado também, se ele estava sabendo dessa Audiência Pública.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Só corrigindo, isso aqui não é uma Audiência Pública, foi feita uma reunião. Eu não sei se você conseguiu compreender. Esse é um processo que tem dois anos em que nós estamos trabalhando, para instituir o núcleo, mas ele vem com...

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO - Mas o Ofício que eu recebi era Audiência Pública.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não.

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO - O Ofício que nós recebemos, está como Audiência Pública.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Ah não, porque a Audiência Pública, inclusive da Assembleia Legislativa, ela teria que ter um outro formato, teria que ser transmitida ao vivo pelo YouTube, entendeu? Essas gravações, a gente está fazendo, terá a nota taquigráfica para compor o processo administrativo que está no SEI e depois vocês vão ter acesso a esse processo todo. E lá tem uma série de outras reuniões que foram ouvidas. Tem a Audiência Pública que "estartou" o processo.

O SR. ELTON DE OLIVEIRA - Se me permite a fala. O Conselho da Pessoa com Deficiência enviou convite para todos os vereadores, prefeitura, deputados. Então, todos estão cientes.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, nós encaminhamos para todas as autoridades. Mas o Ofício, se me permite aqui a interrupção, eu vou ler aqui. É um convite para escuta que inclui. A gente está nessa fase conclusiva de escutas no município.
"O Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Alex Redano, por meio de seu Grupo de Trabalho voltado ao fortalecimento das políticas públicas de inclusão, convida Vossa Senhoria a participar da Escuta que Inclui, encontro de escuta social e institucional pelos direitos das pessoas com deficiência.
O encontro reunirá pessoas com deficiências e neurodivergentes, além de representantes do poder público e da sociedade civil. As demandas, experiências e propostas apresentadas em Ji-Paraná vão subsidiar os trabalhos do Grupo para que as políticas públicas de inclusão e acessibilidade considerem as diferentes realidades de Rondônia.".
Então, não foi porque... Esse é um cuidado que todo o nosso cerimonial, oficialmente...

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO – Depois eu mostro para o senhor que está Audiência Pública.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Tudo bem. Não tem problema. Mas, tudo bem.

A SRA. GABRIELA CRISTINA COELHO – Mas tudo bem, não tem problema. Mas eu quero deixar registrada a minha fala, que eu gostaria.
E isso gera, então, uma Audiência Pública com todos os vereadores, com todos os deputados, governador, prefeito e quem for, e quem, de fato, faça, ouça, mas faça alguma coisa, que tenha caneta na mão e que venha isso tornar realidade. Tá, gente? Muito obrigada. Eu gostaria de ficar mais, mas eu tenho um compromisso com o meu trabalho e eu não posso ficar, infelizmente. Está bom? Deus abençoe.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Agradeço, Gabriela. Coaduno com as suas indignações, isso aí é

de modo geral, e quero agradecer à Casa Legislativa, ao Presidente Marcelo, aos vereadores que estiveram aqui presentes.
Mas eu vou estender um agradecimento especial ao Vereador Scopony, que está aí até agora, permanecendo aqui na plateia, nos ouvindo e ouvindo um problema que é muito grave. Muito obrigado, vereador.
Eu recebo aqui, vai fazer parte... Eu gosto de gente com debate acirrado, viu? Eu gosto disso. O Deputado Alex Redano não está no momento, mas ele já fez audiência lá na capital, e o seu pedido eu vou transmitir a ele. Precisa ser feito realmente com quem decide, né? Alguém que chega e diz: "Não, eu vou fazer isso e tudo". Mas esse é um anseio dele. É um anseio dele, que ele disse: "Ó, vá e faça o que precisa ser feito".
A gente está acreditando no núcleo. A gente está acreditando que, por exemplo, essas propostas aqui seguramente vão estar na mesa para a gente debater. "Ah, que sonho se nós conseguirmos tudo", mas nós vamos brigar por isso. Por quê? Por que nós vamos brigar? Porque está na lei. A gente acabou de dizer aqui. Nós, infelizmente, precisamos de instrumentos sancionatórios para serem cumpridos.
Você chega na vaga do... Eu vou falar da cidade onde eu moro, aqui não deve ser diferente, porque tem até um problema pedagógico, não só das instituições públicas, até da sociedade civil. Você chega no shopping lá, as vagas são mais próximas por quê? Porque é bonito? Não, é porque a pessoa com a cadeira ou com deficiência, com a muleta, precisa estar mais próxima para ter que se deslocar. E as vagas estão todas ocupadas. E, se você falar com alguém para tirar da vaga do supermercado, da vaga do shopping, da pessoa... "Não, mas é só um pouquinho." É desse jeito.
Mas o que resolve isso? Isso aí é uma falha no sistema municipal de trânsito. Porque é só ir lá: multou, guinchou, o cara vai pensar duas vezes. Nesse pacote do núcleo, tem, inclusive, uma solução que a gente estudou para fazer isso, fortalecer o sistema. Chegou lá, vai fazer um trabalho pedagógico a priori, que não precisa, porque isso está na lei há quanto tempo? Não precisa, mas agora nós vamos sancionar. Não tem uma multa, um ponto na habilitação? Pois é, a remoção pelo guincho, para você aprender. Porque só vai compulsoriamente com a sanção.
A norma daqui diz direitos universais lindos. Tem uma sanção? Não cumprimento, descumprimento, não tem sanção. Ninguém vai ser penalizado por nada.
Gente, nós nos estendemos, mas é necessário. Eu vou ouvir agora, faltam poucos. Estamos quase na conclusão.
Mas esse tema, como ela disse, não era para a gente fugir ou se negar ao debate, não. Ele é para ser aprofundado mesmo, ele é para ser aprofundado. Não é eu pegar dez minutos da minha vida para falar dele, para tratar dele, que a gente está tratando disso com uma seriedade.
Eu ouço agora Elton de Oliveira, Vice-Presidente do Instituto Kaleo.

O SR. ELTON DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.
Hoje é um dia muito importante. Hoje, no dia 18 de novembro, faz oito anos que eu estou na cadeira de rodas. Ainda é uma data delicada. Só que o que eu enfrentei durante esses oito anos não chega perto do que a gente passa em dificuldade com a falta de acessibilidade.
Tudo que eu queria falar já foi dito, e é um tema vivido todos os dias: a mesma falácia, as mesmas promessas. E a gente fica muito indignado pela falta de respeito dos demais vereadores que estavam e não participaram.
E também nos entristece muito ver... Tenho certeza de que todos queriam ver um representante do Executivo, da prefeitura. Digo porque eu sou usuário também do Conselho da Pessoa com Deficiência e só esse ano a gente caminhou, acho que mais de 50 ofícios pedindo no mínimo autonomia para poder executar projetos, ideias, coisas que além de beneficiar pessoas que tanto precisam, a gente ter voz na comunidade. O Executivo não respondeu, fomos até ele, ainda fomos pressionados pelos assessores. Eu não me lembro de ter votado em nenhum assessor, para a gente ter, em vez de conversar com o prefeito, ter que passar por assessores.
A luta é muito grande, a falta de acessibilidade é muito grande. Tenho aqui o meu colega Daniel, a cadeira dele não é nada diferente da minha, a única diferença é que tem uma cadeira motorizada. Portas, rampas, falta de acessibilidade é uma coisa fora do normal.
Então, eu vi também um colega, o Vereador Licomédio falando, cobrando da Defensoria Pública que ajudasse mais. Mas, eu discordo, eu discordo porque o trabalho da Defensoria só existe por falta da representação das pessoas que estão na frente, que tem o poder na mão e não pode fazer nada. Isso tira muito o poder dele como políticos. E a gente fica como nessa situação?
Passam anos e anos e é a mesma situação. Precisamos urgentemente ter a nossa prioridade, ter a nossa voz e ter o nosso direito básico de saúde. Obrigado pelo evento, obrigado, Leide, pelo convite e Deus abençoe todos que a gente possa caminhar juntos e ter o nosso direito básico de saúde. Muito obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigado, Elton. Nós agradecemos seu pronunciamento.
Ouço agora a Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, nossa colega Leide Rodrigues.

A SRA. LEIDE RODRIGUES - É até difícil falar depois de tudo o que eu ouvi aqui hoje. É algo que eu conheço no dia a dia, na prática, nas mais de 500 mães atípicas que nós temos entre um grupo e outro. E, pegando um gancho do que a Gabriela disse, doutor João, hoje lá no CER nós temos uma fila, para ser bem exata, de 2.026 pessoas precisando de fono e quem entrou na fila em 8 de 2023 está sendo atendido agora.
Nós estamos tirando o direito de fala, de um dia ter a possibilidade de falar de muitas crianças, porque uma criança que a Gabriela encontrou hoje, lá na fila da matrícula, não basta ir para a escola para falar. Ela precisa de fisioterapia, ela precisa de fono, ela precisa de

atendimento adequado. E aí ela vai ser inserida agora no sistema de regulação e vai ser atendida quando? Daqui três anos, quando ela já não tiver mais possibilidades. No caso da criança autista, quanto mais demora para se fazer essas terapias, menos chance essa criança, no caso de não verbal, de conseguir um dia falar.
Então isso me dói, isso me faz chorar. Hoje a minha luta enquanto Presidente do Conselho do Direito da Pessoa com Deficiência, enquanto mãe atípica, não é só pelo meu Emanuel. Meu Emanuel está assistido. Mas é por tantos, todos os dias, tantas demandas, ter o direito de que essas pessoas tenham o mínimo, e nem um mínimo a gente tem, e nem um mínimo a gente consegue.
Nós estamos sendo, e é triste, Elton, ter sido coagida em uma reunião em que o prefeito parou para nos ouvir, mas os seus assessores reclamaram, porque a realidade, ela é dura, a verdade incomoda. E muitas vezes, como a Gabriela disse, nós somos taxadas de briguentas, de barraqueiras. "Não, a Leide só está fazendo isso porque quer ser vereadora." "Não, a Leide só está fazendo isso porque é política." "Não, a Leide só está fazendo isso..."
De fato, na prática, nós estamos e continuamos sendo desassistidos. E eu gostaria de reforçar que aqui nós temos poucas pessoas agora, tinha um pouco mais, mas muitas mães gostariam de estar aqui. Nós temos um grupo de mais de 350, a Luzia sabe disso, o Miria também.
E quando eu falo de convite no grupo, muitas não conseguem, e aí eu preciso ser voz, Luzia precisa ser voz, outras mães precisam ser voz, como a Gabriela, por quê? Porque falta tudo, as mães estão ocupadas demais batendo na porta da Defensoria, do Ministério Público. Brigando com o professor por um direito; brigando com o diretor da escola. Brigando lá na UPA para realizar um atendimento adequado. Brigando no CER para ter terapia.
E quando se fala em tratar de uma reunião como essa, de um momento como esse, elas já estão tão esgotadas que elas não conseguem nem participar, e muitas delas não conseguem nem ter voz.
Uma delas me encaminhou um texto que eu gostaria de ler para que fique esclarecido sobre isso também:
"Carta aberta de uma mãe atípica.
Às autoridades, representantes do Poder Público e todas as famílias atípicas presentes.
Hoje, infelizmente, não posso estar presente neste momento, mas faço questão que minha voz seja representada pela minha amiga Leide. Não falo apenas por mim, mas por tantas mães e famílias que enfrentam diariamente uma realidade que muitas vezes não é vista por quem tem o poder de transformá-la.
Eu tenho dois filhos autistas, minha filha sendo nível 1 de suporte e meu filho autista nível 3 de suporte, não verbal.
Minha maternidade envolve uma rotina de cuidados, terapias, consultas, avaliações, solicitações, documentos e, principalmente, muitas batalhas para garantir direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado. Afinal, eles já estão no papel com as leis que tanto temos.
Recentemente, meu filho em situação escolar, chegou ao ponto em que, por determinação médica, precisei afastá-lo temporariamente do ambiente escolar, porque começou a ter várias crises de desregulação sensorial grave devido à sobrecarga sensorial, barulho, choro excessivo na sala, gritos, sobrecarga visual, enfim, o que desencadeou episódios de autoagressão. Uma criança que deveria encontrar na sala um ambiente de aprendizado, acolhimento e desenvolvimento acabou precisando se afastar, porque não estavam sendo oferecidas condições adequadas às suas necessidades.
E ele é só um dos muitos que enfrentam dificuldades em encontrar um ambiente educacional adequado para suas necessidades. Nas escolas do município falta salas de regulação e nem todas as escolas têm sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), que é o caso onde meu filho frequenta. E, ainda assim, com determinação médica, enfrentei dificuldades para as atividades fossem disponibilizadas de forma correta, sem PEI (Plano Educacional Individualizado), sem atividades adaptadas, resistência ao acesso da mediadora ao planejamento escolar."
Só reforçar que essa mãe conseguiu a mediadora escolar através de uma determinação da Justiça.
"Como a mediadora vai executar as atividades pedagógicas de forma correta e alinhada às diretrizes da professora regente se não tem planejamento?
Por fim, depois de idas e vindas esperando respostas da Secretaria, resolvemos. Mas, por que tantas dificuldades encontradas por parte educacional, escola, Semed (Secretaria Municipal de Educação) para garantir educação de qualidade para as nossas crianças segundo as necessidades deles?
Essa é uma realidade que precisa ser discutida com seriedade.
Hoje, grande parte das garantias de atendimento, acompanhamento, professor mediador e direito dos meus filhos precisam ser solicitados por meio da Defensoria Pública e Ministério Público. Não porque eu queria judicializar, mas porque o caminho administrativo não consegue oferecer respostas efetivas às nossas crianças. E mesmo judicializando ainda encontramos dificuldades, como é o caso de uma medicação de alto custo do meu filho, que ele precisa com urgência devido às crises sensoriais e autoagressão e ainda não consegui mesmo estando judicializado.
E o SUS? O SUS precisa garantir atendimento especializado, acesso a profissionais, continuidade das terapias e acompanhamento adequado. Não podemos aceitar que uma família precise enfrentar uma batalha judicial para conseguir aquilo que é direito constitucional.
A educação precisa de profissionais qualificados, de professores mediadores, cuidadores capacitados, psicólogos nas escolas. As escolas precisam de suporte, capacitação para os profissionais, não só para os efetivos, mas também para os terceirizados, capacitação para todos, desde o porteiro até a cozinha. Eles precisam entender as necessidades das nossas crianças.
Nossos filhos precisam de ambiente escolar acolhedor,

inclusão de verdade, PEI, atividades adaptadas segundo suas realidades.
Precisamos com urgência da integração de saúde, educação e assistência social. Esse trabalho em conjunto vai mudar muito a realidade das nossas crianças. Essa articulação é essencial para garantir direitos de qualidade de vida.
Quando os profissionais de saúde, seja do setor público ou equipe multidisciplinar e de clínica particular e professores trocam as informações, as estratégias usadas na sala de terapias podem ser aplicadas na sala de aula. Isso acelera o desenvolvimento da comunicação, da autonomia, da socialização das nossas crianças. E, atualmente, as escolas são resistentes em aceitar este trabalho em conjunto com as nossas crianças.
Não basta falar de inclusão em eventos, em discursos ou campanhas. Inclusão precisa acontecer na escola, nos postos de saúde, nos centros de atendimento, nas políticas públicas e, principalmente, na vida real das nossas crianças. Nossos filhos precisam de atendimento durante 12 meses do ano, de profissionais preparados, de terapias, de respeito e oportunidades.
Não queremos privilégios, queremos direitos respeitados.
Não queremos que as nossas crianças sejam tratadas como números em filas de espera. Queremos que sejam reconhecidas como pessoas que precisam de atendimento, dignidade e oportunidade de desenvolvimento.
E também precisamos falar sobre as mães, porque por trás de cada criança que necessita de suporte, existe uma família que muitas vezes está emocionalmente, fisicamente e financeiramente sobrecarregada. Cuidar de uma criança com deficiência não deveria significar abrir mão da própria saúde, da própria vida e da própria dignidade.
Eu não estou pedindo que tenham pena das nossas famílias. Estou cobrando responsabilidade do poder público.
Que este encontro não seja apenas mais um encontro de escuta, mas o início de compromissos concretos, com prazos, responsabilidades e ações que possam ser acompanhadas pela população. Porque nossos filhos não precisam de discursos de inclusão. Precisam de políticas públicas que funcionem. E nós, mães atípicas, não precisamos de compaixão. Precisamos de respeito, apoio e direitos garantidos.
Muito obrigada.
Jany Lopes.
Ji-Paraná, RO, 18/11/2026.".
É isso. Obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigada.
A moça do nome que eu não consigo pronunciar aqui quer falar só um pouquinho acerca da Carta Aberta.

A SRA. ETELCLÍCIE COELHO FERNANDES LUIZ DE MATOS – Leide, eu gostaria agora de te falar, como Conselheira Municipal de Educação, que tudo isso que essa mãe está colocando já está sendo previsto nas diretrizes. Inclusive, foi um questionamento meu sobre ter PEI e como eu sei que o que está no PEI está acontecendo dentro da sala de aula.
Então, nós estamos prevendo já todas as situações da obrigatoriedade de o que está no PEI não ficar só no papel, mas ele ser evidenciado também no planejamento.
Quero dizer que lá na minha escola já tem psicólogo. É uma novidade que está acontecendo no município e são poucas escolas que nós vamos ter alguns gestores. Não estou querendo me auto..., né? Mas eu tenho uma visão um pouco diferenciada em relação à questão inclusiva. Sou suspeita para falar. Mas, todas essas questões que essa mãe está colocando em relação à educação, nós estamos, com as diretrizes que estão em andamento, já prevendo essa questão.
O que falta, Leide, é a Semed nos entregar o levantamento, porque a gente precisa de dados, a gente precisa saber quantas mães entraram na Justiça, e a Semed ainda não nos entregou para a gente finalizar.
E, após, só para encerrar, eles também vão ter que homologar. Eles precisam homologar. Não adianta a gente fazer um documento como esse. E a gente precisa que ele também seja homologado e, de fato, implantado, está bom?

A SR. LEIDE RODRIGUES - Inclusive, a Semed e todas as secretarias foram convidadas para este momento. O Secretário informou que estava em Brasília e que enviaria as pessoas responsáveis.
E nós também temos uma Superintendência de Autismo que exclui, ao invés de incluir, quando se cita só o autismo. Mas que também não fez questão de estar aqui. E isso é muito triste para nós, porque precisamos ser ouvidos, de fato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok. Obrigado, Leide, pela participação.
Ouço agora, por derradeiro, a senhora Luzia Aparecida, coordenadora da família da APAE de Ji-Paraná. Por derradeiro, mas não porque é o último.

A SRA. LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Mas diz que os últimos serão os primeiros, né? Bom dia a todos.
Bom, aqui hoje já foi falado tudo. Tudo, foi falado tudo. Então, eu fiquei por último, mas vou poder falar pouco.
Mas meu nome é Luzia, estou aqui representando a APAE, sou coordenadora da família, estou na APAE há 25 anos. Meu sobrenome é "barraco", principalmente aqui nessa Casa, principalmente aqui. Aqui, quando eu subo naquela escada, somem, já correm, porque a barraqueira chegou.
E eu sou mesmo. Sou barraqueira porque o meu fruto está ali, o meu resultado está ali. Tâmile é assistida no Estado de Rondônia inteiro. Por quê? Porque eu sou barraqueira, porque eu brigo mesmo. Então, é muito fácil a gente estar aqui, nós ouvir, igual todo mundo falou, todas as mães falaram. A nossa colega, nossa, ela arra-

sou, ela falou tudo.
Mas eu, como estou no cargo de família, as visitas que a gente tem feito nesses anos, a gente cobra, como a gente é cobrado, sobre os filhos não poderem ficar em casa. Eles não podem ficar em casa.
Aí a gente vai, cobra aquela família, explica para aquela família que o filho tem que sair de casa. Só que pergunta para mim o que eu ouço: "Por que não leva? Por que não sai de casa? Por quê? Vou como?" "Eu vou nessa festa, lá tem um lugar apropriado para o meu filho?" Não tem. Ah, a Tâmile, eu vou citar minha filha porque eu brigo mais aqui por causa dela. A Tâmile anda, a Tâmile senta. Tem a mãe dela que está do lado: "Ô, moço, por gentileza, aqui, ó, um lugar para minha filha".
Mas e o nosso colega ali? Como é que ele vai? Se nem na prefeitura, no dia da reunião, ele não pôde ter a dignidade de estar lá na sala, na mesa, no ar-condicionado. Teve que fazer no corredor, lá na entrada, porque a cadeira não passou.
Então, para a Tâmile é fácil, porque eu ponho ela, empurro, ela vai.
Aí a gente, eu principalmente, fico insistindo com aquela mãe, com aquela família. "Não, vamos, eu convido, eu obrigo, eu ponho meu carro, eu busco." Ela fala: "A gente vai para quê? Vou passar vergonha. Meu filho vai ser constrangido, como que eu vou fazer? Não, vou ficar em casa mesmo. Aqui em casa ele está no ar-condicionado ou então ele está aqui de boa, nós brincamos com ele, nós conversamos com ele".
Então é difícil, tudo foi falado aqui hoje, não tem acessibilidade, não temos, nós não temos. Ela citou uma coisa que era a minha fala sobre os Downs, que as mães pediram para eu falar, cadê os Downs? Olha quantos Downs nós temos na cidade, olha o Geovanni.
Mas e aí? Tâmile? Tâmile é gerente. Tâmile age como uma gerente, trabalha como uma gerente. Mas por quê? Porque ela trabalha para a família, ela trabalha no que a família tem. Mas eu a treinei para ser a gerente. Eu a coloquei lá na frente para poder falar bom dia, boa tarde. "Você vai beber o quê? Você vai comer o quê? Eu tenho isso para te oferecer."
Então, a minha filha hoje no Estado de Rondônia como Down é a única Down sargento da Polícia Militar de Ji-Paraná em Rondônia. Por isso que eu viajo muito com ela, agora mesmo nós vamos para Cacoal 15h30min eu tenho que estar no SERNIC (Serviço Nacional de Investigação Criminal), em um evento que está tendo lá. Mas é para todos? É para todos, mas não tem a acessibilidade. Tem família que não tem como ir e tem mães que não têm a coragem que eu tenho.
Não tem, elas falam assim: "Luzia, eu não consigo. Por exemplo, se eu chego e falar que meu filho não pode entrar, eu viro para trás e vou embora." Eu falo: "Não pode, seja barraqueira. Fala. Liga para mim na hora." Eu falo: "Liga para mim na hora que eu arrumo um advogado, mando lá e nós já "mete brasa". Advogado está aí para isso, minha filha."
Aqui em Ji-Paraná, eu processei, vou só dar esse exemplo. Uma loja muito grande aqui em Ji-Paraná. A Tâmile esteve nessa loja junto comigo e ela usou o banheiro e não tinha papel higiênico. O banheiro chique, maravilhoso, com cheirinho, com um monte de coisa, maravilhoso, mas não tinha papel higiênico. Aí tinha um funcionário, eu perguntei para ele, ele falou: "Moça, tá vendo aquela mocinha lá?" Aí eu falei: "Ah, meu Deus, lá vem problema." "Ela é a gerente. Eu não posso ceder o papel para a senhora.". Eu falei: "Como é que é?" Por isso que eu sou barraqueira. O sangue ferveu na hora. Eu falei: "Como é que é? Não pode. Como assim?" "Olha, fala com ela". Fui falar com ela e disse: "Olha, minha filha..." Ainda falei baixinho. "A minha filha usou o banheiro e não tem papel higiênico." Ela falou: "Moça, não tem papel higiênico." Eu falei: "Como assim? Vocês são mais de 50 funcionários aqui. Você quer dizer para mim que vocês chegam aqui às 7h30 e vão embora às 6h30 da tarde? Ninguém usa o banheiro? Você não usa o banheiro? Eu tenho certeza que lá no fundo tem um banheirinho exclusivo de vocês, que vocês não usam aqui o público. Eu preciso de um papel." Ela falou: "Não tem papel, senhora, e a senhora tá me atrapalhando." Falei: "Muito bem, é a palavra que eu queria ouvir."
Peguei meu celular, liguei para advogada. A advogada já encostou, "Luzia, filma tudo. E não peça mais papel, nem que apareça, não pega". Liguei para o meu marido, falei: "Ó, estou aqui na loja tal, traz um papel higiênico para mim." Ele falou: "Você está ficando louca mesmo, Luzia. O que você está me pedindo?" Falei: "Papel higiênico". "Você está onde?" Aí eu falei: "Eu estou aqui em tal lugar". "Não é possível". Meu marido ficou passado, ele falou "Não é possível. Você está mandando levar papel. Aí ele falou assim: "Luzia, você tá bem?"

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Você tinha que ter ligado pro 190 para ir para o flagrante.

A SRA. LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA - Mas eu liguei, mas eu liguei. Aí eles foram, não, não foi. Eu liguei. Aí eu falei assim, "Não, porque eu já liguei, a polícia disse que não pode vir na ocorrência agora, porque está atendendo lá no box do IP, não sei o quê, não sei o quê". Eu chamei o advogado. A advogada chegou, e nós fizemos tudo que a gente tinha que fazer. Fomos para a delegacia por causa de um papel higiênico.
Meu marido chegou igual um louco com o rolo de papel higiênico na mão, mas ele achou que eu estava doida. Ele falou: "Não, a Luzia não está batendo bem da ideia." Chegou com o rolo de papel higiênico, aí eu fui acudir a minha filha que já estava a mais de 40 minutos dentro do banheiro. Aí, a gerente veio com dois brutamontes desse tamanho lá no banheiro. Falei: "Olha, se eu tivesse medo de homem grande e homem bombado, nossa, eu não tinha casado com alto também grande, mas não era bombado, mas eu não tenho medo de homem grande, não." Falei: Por que você está com esses dois? Você vai fazer o quê? Você vai prender eu? Você vai pôr eu pra fora?" "Não, a senhora não pode filmar". Falei: "Posso. É minha filha." "A senhora não pode". Falei: "Posso, eu estou muito bem orientada, vou filmar sim. Não tem papel

higiênico, eu tive que trazer da minha casa."
Resumindo, esse áudio, esse vídeo foi o que o juiz, somente o juiz viu e o meu advogado, e a Tâmile ganhou a causa sim. Ela ganhou sim, eles recorreram, porque achou um absurdo por causa de um papel higiênico. Você entendeu? Ela quis sugerir que era para mim vestir minha filha e sair com ela. Falei: jamais!
Então, como família, a gente pede que esse núcleo nos ajude, ajude nós, as mães. Porque, eu falo por mim, nesses 25 anos desde o ano passado agora eu estou precisando e estou fazendo ajuda para eu poder continuar ajudando essas mães. São mães que estão se matando, são mães que estão preferindo tirar a própria vida do que aguentar a situação e o que elas estão passando. E, a gente corre atrás, a gente procura ajuda. Eles ouvem a gente, mas quando a gente vira as costas, eles não fazem nada. Não faz nada.
Aqui mesmo nessa Casa, eu já falei com 5 aqui o que está acontecendo aqui no Ji-Paraná a respeito de festas. Tem festa na Expojipa, tem festa em tudo quanto é lugar aqui. Eu sei porque eu levo a Tâmile, eu vou. Convidou, eu estou dentro. E se não convidar, eu vou também, só para causar, porque eu quero ver se tem inclusão. Eu vou. Mesmo que não convide, eu vou.
Quando chega lá, é narguilê para tudo quanto é lado. Você não consegue ficar dentro de um ambiente hoje porque é narguilê para tudo quanto é lado e cigarro eletrônico. Como que eu vou então estar em um ambiente como esse? Estou aqui com ela desse lado, sendo que desse lado aqui tem um monte de narguilê e cigarro. Já briguei muito. E eu espero que um dia isso realize um sonho de que eles realmente proíbam esse negócio de narguilê em local fechado ou aberto.
Ela não é obrigada a fumar, ela não é obrigada a se drogar, mas se eu quero que ela esteja ali concluindo a inclusão dela, ela é obrigada, porque eles não respeitam. Mas só que como eu sou barraqueira, em alguns lugares, quando eu chego, é até bonitinho de ver: "Ó, a menina, a menininha chegou." Aí eles já arrumam uma mesinha, uma cadeirinha, e botam ela lá no cantinho. Aí eles põem separadinho, já pedem para o pessoal. Eu falei: "Mas eu quero que isso aí vire uma lei, que proíba. Tem que ter um lugar só para narguilê."
Se está tendo uma festa lá na exposição, você vai. Chega lá, ué, e como é que você vai ficar lá dentro? Você não fica. Você não fica.
Então, tipo assim, como já foi tudo falado aqui hoje, o que eu peço é isso: que os nossos filhos, não só a minha filha, mas a todos, tanto aos autistas, a todos, principalmente os nossos amigos cadeirantes, esses aqui, aqueles dois ali, é porque eles vão ver porque a gente os empurra e coloca eles. Mas e o nosso outro aqui, o nosso amigo? Ele não tem direito nem de sair da própria casa. Então, se esse núcleo está vindo para realmente deixar a gente mais forte e as coisas acontecerem, é porque tem que acontecer. É igual a colega falou: lei nós já temos, nós temos tudo. Nós não precisamos criar outras. Nós precisamos que eles ouçam a gente e que as coisas aconteçam. Se está dentro da lei, tem que acontecer. Mas, infelizmente, não é assim. Não é.
O que ela falou aqui foi um desabafo mesmo de mãe. E a gente que está à frente, igual a Leide também, que fica à frente, a gente adoece. Eu adoeci. Eu estou doente. Mas eu tive condições de procurar ajuda. Mas para eu não parar, para eu não parar, e essas mães não ficarem sem ser assistidas, eu tenho que continuar. Tenho que continuar, que nem diz a Susana, filha dela tem 51 anos. A Tâmile está com 25. E aí, quando ela ficar idosa, como que vai ser? Cadê um local, um lugar para eles ficarem? É a fala da Susana. Então, hoje foi falado tudo.
Então, a minha fala é essa. Quero muito agradecer por esse dia de a gente estar sendo ouvido. Isso é tão maravilhoso, porque o que nós, mães, queremos... Eu não quero que a sociedade aceite a minha filha. Porque quem tinha que ter aceitado sou eu. Eu já aceitei ela. A sociedade tem obrigação de cumprir as leis, de cumprir o que ela tem direito. E enquanto eu estiver nessa terra viva, pode ter certeza que, se precisar registrar em cartório que eu sou barraqueira, que eu sou briguenta e eu brigo por causa dos outros - eu escuto isso, o senhor acredita? Tem gente que fala assim para mim: "Por que você está brigando, sendo que não é um assunto da sua filha? Por que você está brigando? Você está comprando as brigas dos outros."
Por quê? Por quê? Porque eu sou mãe. Eu sou mãe atípica. E eu estou junto com todos. E vamos continuar sendo mãe barraqueira, sim. Porque eu, se não for Justiça, vai para o Fórum. Fórum, Justiça, delegacia, eu já sou carteirinha. Então, eu não me importo.
Então, agradeço. Essa é a minha fala. Muito obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Nós que agradecemos. Está vendo como você realmente tinha que ser por derradeiro?
Gente, eu agradeço de coração. Nós fizemos várias inserções por aí. Ouvimos gente, ouvimos indígena, ouvimos de todo. Ouvimos depoimento indígena. Você vê, é emocionante. O de vocês, cada um de vocês, é emocionante. Eu agradeço mesmo.
Eu acho que esse foi o nosso último encontro antes de agora materializar o núcleo, porque agora vem o instrumento, vem todo esse processo tratado. Tem um núcleo de deputados, um grupo que a gente é mais próximo, que já sabem dele, e agora a gente vai tratar para os demais. Porque essa matéria vai ser submetida ao plenário, porque vai criar esse núcleo permanente na estrutura da Assembleia Legislativa. Amanhã ou depois, o Deputado Redano não estará mais lá, mas ele continua. Eu não estarei mais lá, mas vocês estarão lá. E o núcleo vai ser composto de servidores da Casa, do setor privado. Cada um vai ter o pedacinho dele lá, o cantinho lá. É esse o nosso objetivo, tá?
Eu, tal qual vocês... Meu Deus do céu, vocês não têm noção de quantas audiências eu, nos meus 63 anos, já participei também, nesse sentido assim: "Ah, não, dessa vez eu vou jogar a toalha." Mas, eu não joguei a toalha, não. Como eu costumo dizer, eu nasci foi manco, não fui covarde, não.

Então, nós vamos, se Deus quiser, nós vamos nos falar muito ainda, no núcleo, nas vídeoaudiências, nas sugestões, como ela sugeriu. Tudo isso vai compor o processo. E vai ter lá um processo, o número do SEI. Depois a gente faz até uma plaquinha para ele, para botar na casa lá, e lá vai estar todo esse registro. Está tudo registrado pela Casa Legislativa. Muito obrigado a todos.
E Vereador Scopony, quer dizer alguma coisa? Não quer dizer? Muito obrigado pela presença. Ouvir também a sabedoria, a gente sabe disso. Muito obrigado.
Ah, pessoal, a gente costuma sempre fazer uma foto do grupo que terminou por último. Pode ser?

O SR. GIOVANNI DE SOUZA OLIVEIRA – Só uma dúvida, esse tempo que vocês falaram hoje tem que levar para todas as APAES. **(fora do microfone)**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, interessante. Obrigado, obrigado.
Obrigado, gente. Vamos para casa e muito obrigado.

(Encerra-se esta Reunião às 13 horas e 42 minutos)

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 0946554/2026/SEC-GERAL/CPAD/ALERO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ALE/RO Nº 11, de 24 de novembro de 2026

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho no estágio probatório do servidor que especifica.

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições previstas na Resolução nº 472, de 23 de setembro de 2020, especificamente no art. 20, e o que consta no Processo (100.122.000075/2026-04).

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da avaliação de desempenho no estágio probatório do servidor abaixo especificado, por terem sido atendidos os requisitos legais e regulamentares:

Matrícula	Servidor	Cargo	Resultado
100021145	Alessandro Ribeiro de Araújo Ferreira	Assistente Legislativo – Sem especialidade	Aprovado

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral ALE/RO

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 2337/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

O servidor **BRENO MENDES DA SILVA FARIAS,** matrícula nº ******813, ocupante do Cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar 20 de outubro de 2026.

Porto Velho, 25 de novembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0949041

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0946995/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (06) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre cidade Porto Velho-RO/ Rio Branco-AC/Porto Velho-RO, no período de 25.11.2026 a 30.11.2026, FINALIDADE de realizar a condução do veículo e a segurança do Parlamentar. Conforme processo nº100.059.000322/2026-75

Nome	Cargo	Lotação
Andre Luiz da Silva Gomes	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0946770/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias para a Deputada Estadual Taissa da Silva Sousa, pelo deslocamento via transporte aéreo a cidade Porto Velho-RO/Florianopolis-RS/Cacoal-RO, no período de 24.11.2026 a 28.11.2026**,** FINALIDADE de participação da Deputada Estadual Dra. Taíssa Sousa na Reunião Ampliada dos Colegiados Técnicos da UNALE tem como objetivo acompanhar as discussões e atividades voltadas ao fortalecimento do Poder Legislativo, com destaque para a modernização da gestão legislativa, a utilização de novas tecnologias e o aprimoramento dos procedimentos administrativos e institucionais.

Conforme processo nº100.063.000344/2026-76.

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0946268/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (06) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/ Campo Novo de Rondônia/Buritis/Monte Negro/Porto Velho-RO, no período de 24.11.2026 a 29.11.2026, FINALIDADE de realizar o trabalho de assessoria de comunicação, com o registro de fotos, vídeos e filmagens, para a divulgação das ações parlamentares no site oficial da Assembleia Legislativa, nos veículos de comunicação do Estado e nas redes sociais como forma de prestação de contas à sociedade, das atividades parlamentares desenvolvidas. Conforme processo nº100.048.000191/2026-55

Nome	Cargo	Lotação
Nilson Nascimento da Silva	Assessor Técnico	GAB. DEP. ESEQUIEL NEIVA

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0946249/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho/ Jaru/Porto Velho, no período de 26.11.2026 a 28.11.2026, FINALIDADE e participar da Audiência Pública da CPI DO LEITE, no município de Jaru, para apresentação do Relatório Final. Conforme processo nº100.045.000232/2026-33

Nome	Cargo	Lotação
Daniel Matias Assis	COLABORADOR EVENTUAL	COLABORADOR EVENTUAL
Francisco de Assis Sobrinho	Assessor Técnico	GAB. DEP. CLAUDIA DE JESUS

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0946272/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Vilhena-RO/Porto Velho-RO, no período de 27.11.2026 a 30.11.2026, FINALIDADE de fazer a segurança

da Deputada Estadual Rosangela Donadon durante agenda parlamentar, e conduzirá o veículo. Conforme processo nº100.621.000216/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
Jairo Lopes Duarte	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0946971/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO/JI PARANA/OURO PRETO/GUAJARA MIRIM/PORTO VELHO, no período de 24/11/2026 a 28/11/2026, com a finalidade de Visita Institucional as autoridades de Guajara Mirim e Nova Mamoré, para alinhamento de questões de segurança institucional. em conformidade com a Resolução nº 544/2023, que institui a Política de Segurança Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em observância às normas complementares contidas nas Resoluções nº 545/2023 e nº 546/2023. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.021.001420/2026-57.

Nome	Cargo	Lotação
Edilson Ribeiro Lopes	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA
Francineudo Moreira dos Santos	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 24 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0947044/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO /Rolim de Moura-RO/ Cacoal-RO / Porto Velho-RO, no período de 26/11/2026 a 29/11/2026, para realizar a segurança aproximada e acompanhar o Deputado Ismael Crispin nos Municípios de Rolim de Moura e Cacoal no período de 25 à 29 de novembro de 2026, conforme processo nº 100.511.000267/2026-29.

Nome	Cargo	Lotação
DANIEL ORTIZ MENDES	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 24 de novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0947849/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de

10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho / Ji-Paraná / Jaru / Ouro Preto / Porto Velho, no período de 25/11/2026 a 29/11/2026 com a finalidade de Atuar na condição de Chefe de Gabinete durante agenda institucional, participando de reuniões previamente agendadas com autoridades, lideranças locais e representantes da sociedade civil, com a finalidade de representar o gabinete parlamentar, acompanhar pautas estratégicas e promover a articulação de demandas institucionais e comunitárias, contribuindo para o alinhamento das ações desenvolvidas pelo mandato junto aos municípios visitados, conforme processo nº 100.061.000346/2026-85.

Nome	Cargo	Lotação
Eliardo Vicente Aguiar Lima	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. RIBEIRO DO SINPOL

Porto Velho, 25 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948563/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 08 (oito) diárias para o (a) Deputado (a) Estadual ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, pelo deslocamento via transporte Terrestre Porto Velho-RO / Santa Cruz de la Sierra-BO / Cochabamba-BO / Porto Velho-RO, no período de 24/11/2026 a 01/12/2024 com a finalidade de atender ao convite da Univerdad de Aquino Bolívia - UDABOL, para conhecer suas instalações, estrutura acadêmica e funcionamento institucional, bem como participar de visitas técnicas destinadas a promover o diálogo e o intercâmbio de informações acerca das atividades desenvolvidas pela instituição, especialmente no que se refere à formação acadêmica de estudantes brasileiros e a possibilidade de realização de estágios de internato no estado de Rondônia, conforme processo nº 100.048.000189/2026-86.

Porto Velho, 25 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948591/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 08 (oito) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Santa Cruz de la Sierra-BO / Cochabamba-BO / Porto Velho-RO, no período de 24/11/2026 a 01/12/2024 com a finalidade de acompanhar o Deputado Ezequiel Neiva, onde cumprirá agenda de visitas na Universidad de Aquino Bolívia - UDABOL, conforme processo nº100.048.000189/2026-86.

Nome	Cargo	Lotação
Neuza Torres Guizoni Sperotto	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. ESEQUIEL NEIVA

Porto Velho, 25 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0947945/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Jaru-RO/Porto Velho-RO, no período de 26.11.2026 a 28.11.2026, FINALIDADE de realizar a segurança de sessão de debate dos resultados, conclusão e recomendações da CPI do Leite no Município de Jaru. Conforme processo nº100.021.001418/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
Jorge Luiz Almeida Lemos	Assist. Tec. Legislativo	DEPARTAMENTO DE POLICIA LEGISLATIVA
Alex Luiz da Silva	SERVIDOR CEDIDO ESTADUAL	GAB. SEC. SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Alessandro Nogueira de Souza	SERVIDOR CEDIDO ESTADUAL	GAB. SEC. SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 25 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948029/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Jaru-RO/Porto Velho-RO, no período de 26.11.2026 a 28.11.2026, FINALIDADE de conduzir veículo oficial para realizar o transporte de servidores que irão realizar a segurança de sessão de debate dos resultados, conclusão e recomendações da CPI do Leite no Município de Jaru. Conforme processo nº100.021.001418/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco Evandro da Silva	ASSESSOR ESPECIAL	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

Porto Velho, 25 de Novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO DE BARROS SILVEIRA
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948098/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Guajará Mirim-RO no período de 24/11/2026 a 25/11/2026, com a finalidade de acompanhar o Deputado Parlamentar Ezequiel Neiva, como motorista e segurança, conforme processo nº 100.048.000193/2026-44.

Nome	Cargo	Lotação
EDIVAN OLIVEIRA DE SOUZA	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 25 de novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948111/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji Paraná-RO a Porto Velho-RO no período de 30/11/2026 a 04/12/2026, com a finalidade de Realizar a segurança e condução do veículo da Deputada Cláudia de Jesus, no cumprimento de agenda institucional. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.045.000233/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
RONALDO DE SOUZA CAMINI	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 25 de novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

ATO DE DIÁRIA Nº 0948119/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Vista Alegre do abunã-RO no período de 26/11/2026 a 27/11/2026, com a finalidade de representar o parlamentar no evento de equinoterapia com destinação de recursos, conforme processo nº 100.531.000268/2026-35.

Nome	Cargo	Lotação
DANIEL CARLOS SCHEFFER	SUBCHEFE DE GABINETE	GAB. JEAN OLIVEIRA

Porto Velho, 25 de novembro de 2026.

MARIA MARILU DO ROSARIO
Secretária-Geral Adjunta

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026/NCP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.2821.000017/2025-21
PNCP - UASG 926919 – 110/2026

A **Secretaria de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Agente de Contratações, nomeado por força das disposições contidas no **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público para o conhecimento de todos que o pregão supracitado, que estava SUSPENSO desde 17/11/2026, em face de pedidos de esclarecimentos e impugnações que corrigiu o Termo de Referência.

Objeto **CONTRATAÇÃO DE TECNOLÓGICA INTEGRADA, DISPONIBILIZADA EM MODELO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE), DESTINADA À GESTÃO COMPLETA DO CICLO DE VIDA DE DIÁRIAS E PASSAGENS AÉREAS, CONTEMPLANDO DESDE A SOLICITAÇÃO ATÉ A PRESTAÇÃO DE CONTAS E O RESPECTIVO CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, pelo prazo de 12 (doze) meses, a pedido da **Superintendência de Tecnologia da Informação,** no valor estimado de **R$ 764.898,10** (setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e dez centavos), para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme descrição detalhada no Anexo I –Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **11 de dezembro de 2026**, Hora: 10h00min.
CONSULTAS E EDITAL: http://transparencia.al.ro.leg.br - (Licitações); www.comprasnet.gov.br/.; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho/RO, 25 de novembro de 2026.

Everton José dos Santos Filho
Agente de Contratações

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026/NCP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.242.000013/2026-28

Fica revogada em todos os seus termos, por interesse da administração, com fundamento no inciso II do artigo 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o pregão supracitado, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA, SOB A FORMA DE LOCAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E DESMOBILIZAÇÃO DE ELEMENTOS ORNAMENTAIS TEMÁTICOS EXTERNOS E INTERNOS, PARA A DECORAÇÃO NATALINA ORNAMENTAL NO EDIFÍCIO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE RONDÔNIA – ELERO E NO EDIFÍCIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA – ALERO**, em face da inviabilidade de execução dos serviços no período originalmente estabelecido no Termo de Referência, entende-se configurada a perda superveniente da finalidade da contratação, não se vislumbrando viabilidade para o prosseguimento do certame nos moldes planejados.

Dê-se ciência aos interessados, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual recurso dos licitantes, nos termos do art. 165, inc, I, letra 'd', da Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021. Publique-se, inclusive no portal de transparência da ALE/RO - https://transparencia.al.ro.leg.br/LicitacoesContratos/Licitacoes/detalhes/936.

FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS:76230970244 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS:76230970244 Dados: 2026.11.25 12:53:24 -04'00'

Porto Velho/RO, 23 de novembro de 2026.

Francisco Daniel dos Santos
Secretário de Compras e Licitações

CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 18/2026/CORREGEDORIA/CARTORIO/ALERO

O CORREGEDOR GERAL ADJUNTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso III, do item 1, do inciso XXI, do anexo VII, da Lei Complementar n. 1.056 de 26 de fevereiro de 2020; publicada no DIOF-RO n. 038 de 28.02.2020, c/c o inciso I, do item 6, do anexo XXI, da Lei Complementar 1.090 de 16 de junho de 2021, publicado no dia 16 de junho de 2021 no Diário Oficial da ALE/RO e ao disposto no Art. 2º e 181, da LCE de nº 68/1992.

R E S O L V E:

I- ARQUIVAR O PROCESSO Nº 100.191.000038/2026-74 (Corregedoria: Sindicância Administrativa Investigativa), que apurou os fatos mencionados no Processo SEI - 200.018.000374/2024-19, que trata de eventual vício de procedimento em contratação de curso de aperfeiçoamento considerando as conclusões do Relatório Final nº 0934317/2026/CORREGEDORIA/PAD/ALERO, homologando os fundamentos ali elencados.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

(Assinatura Eletrônica)

PAOLA FERREIRA DA SILVA LONGHI NEIVA

Corregedor Geral Adjunto

Documento assinado eletronicamente por **Paola Ferreira Da Silva Longhi Neiva**, **Corregedor (a) Geral - Adjunto (a)**, em 25/11/2026, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.ro.leg.br/validar, informando o código verificador **0948229** e o código CRC **3D862E6C**.

Referência: Processo nº 100.191.000038/2026-74 SEI nº 0948229